



Diário Oficial do Poder Legislativo

3ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLVI

RIO BRANCO - AC, 20 DE MAIO DE 2009

N.º 3748

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

TAUMATURGO LIMA
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice-Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice-Presidente

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Ney Amorim

BPR - Moisés Diniz

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Mazinho Serafim

PP - Maria Antonia

DEM - Nogueira Lima

PSB - Delorgem Campos

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PIN - José Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

PSL - Luiz Calixto

Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga,
Merla Albuquerque, Ney Amorim, Perpétua
de Sá

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga,
Mazinho Serafim.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,
Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis, Elson Santiago.

PP - Maria Antonia.

DEM - Nogueira Lima

PIN - José Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

PSL - Luiz Calixto.

PR - Josemir Anute

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 152/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 553/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Joaquim Ferreira de Araújo Neto**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 1º a 30 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 4 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 153/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 555/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Raimundo Monteiro Bonifácio**, Apoio Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NE-501, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 5 de maio a 3 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 4 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 154/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 585/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria de Lourdes Ramos da Rocha**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 8 de maio a 6 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 4 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 155/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 558/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Clivia Crispim da Silva**, Técnico Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NM-301, Ref. 12, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **quinze dias de Licença para tratamento de saúde**, a contar de 23 de abril a 7 de maio de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 5 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 156/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 559/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria Francisca da Silva Oliveira**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **sessenta dias de Licença para tratamento de saúde**, a contar de 1º de abril a 30 de maio de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 5 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 157/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 560/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Jeanê de Araújo Medeiros**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NE-501, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 11 de maio a 9 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 5 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 158/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 561/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Assem Ayache Sobrinho**, Consultor Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NS-101, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 7 de maio a 5 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 5 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N.159/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 513/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria de Fátima Cavalcante Dantas**, Apoio Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NE-501, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 4 de maio a 2 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 8 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N.160/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 512/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Odineia Vieira do Nascimento**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 27 de abril a 26 de maio de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 8 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N.161/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 587/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria Luiza Mesquita da Silva**, Técnico Legislativo, CL. "D", CÓD. PL-NM-301, Ref. 19, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 12 de maio a 10 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 8 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

ATOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

PORTARIA N.194/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **Rodrigo Augusto Rossi Garcia**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar SP-EG-26, do gabinete do Deputado **Chagas Romão**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 29 de abril de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N.196/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **Manoel Alves Terça Neto**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-20, do gabinete do Deputado **Francisco Viga**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 4 de maio de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 12 de maio de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N.197/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Moisés Diniz**, integrante do Bloco Popular Republicano - BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 2 de março de 2009:

Silmar Piovesan SP-EG-01;
Jonhathan Nelcirene Nobre de Souza SP-EG-01.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 12 de maio de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N.198/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Edvaldo Magalhães**, integrante do Bloco Popular Republicano - BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 2 de março de 2009:

Josely Regina Rogério Brasileiro SP-EG-01;
Sandra Maria Silva da Costa SP-EG-01.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 12 de maio de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N.200/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

CONCEDER trinta dias de Férias regulamentares aos servidores a seguir relacionados, a partir de 1º a 30 de junho de 2009.

NOMES PERÍODO AQUISITIVO
Ailton Almeida da Silva 16.3.08 a 16.3.09

Alaise Barbosa da Rocha	1º.5.08 a 1º.5.09
Aldimar Matos de Lima	13.6.08 a 13.6.09
Ana Paula Catter Santiago	13.6.08 a 13.6.09
Creuza Antonia Souza Soares	1º.3.08 a 1º.3.09
Edna Valente da Costa	1º.6.08 a 1º.6.09
Eneide Fernandes de Souza	25.2.08 a 25.2.09
Francisca Carneiro de Lima	1º.6.08 a 1º.6.09
Francisco Rodinês de Araújo Silva	16.6.06 a 16.6.07
Gilnete Lima de Melo	1º.7.06 a 1º.7.07
Gisela Fátima Souza de Araújo	15.3.08 a 15.3.09
Glória Maria Vieira Neves	13.6.07 a 13.6.08
Janete Coínceição Dias	1º.6.08 a 1º.6.09
Jozenice Santos Santana	1º.6.08 a 1º.6.08
Júlio José da Silva Dourado	13.6.08 a 13.6.09
Jucileide Maria Silva de Souza	1º.6.08 a 1º.6.09
Luiz Gonzaga Alves	13.6.08 a 13.6.09
Maria Adelma Valério de Araújo	1º.3.08 a 1º.3.09
Maria das Dores Souza da Silva	1º.6.08 a 1º.6.09
Maria José Ribeiro do Nascimento	13.6.08 a 13.6.09
Margarida Mercedes de Araújo Ksajikian	6.6.06 a 6.6.07
Nlvea Ferreira Branã	1º.5.08 a 1º.5.09
Ossian Lima dos Santos	13.6.06 a 13.6.07
Pedro Ferreira da Cruz	1º.4.08 a 1º.4.09
Raimundo Monteiro Bonifácio	1º.4.08 a 1º.4.09
Rachel Helena Mesquita de Farias	1º.5.08 a 1º.5.09
Romana Maria Souza Morães	15.6.08 a 15.6.09
Rosimeire Batista de Souza	1º.3.07 a 1º.3.08
Rubedna Rola de Almeida	1º.10.06 a 1º.10.07
Winkler Oliveira Collyer	1º.6.08 a 1º.6.09

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de maio de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 201/2009


A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o
senhor **Armando Fontenele da Silva**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-22**, do
gabinete do Deputado **Chagas Romão**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB,
na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 4 de maio de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de maio de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

36ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 19 de maio de 2009

Presidência: Deputado TAUMATURGO LIMA e EDVALDO MAGALHÃES

Secretaria: Deputado ELSON SANTIAGO

PRESENTES: Deputados Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Tauraturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

AUSENTES: Deputados Francisco Viga, do PT; Helder Paiva, do BPR e Walter Prado, do PSB.

O Senhor Presidente (TAUMATURGO LIMA) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

OF/SN, do Deputado Luiz Calixto, comunicando que desde o dia 06 de maio do corrente ano, estaria filiado ao Partido Social Liberal – PSL; Mensagem n. 393/2009, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Arnóbio Marques, encaminhando o Projeto de Lei que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010";

Mensagem n. 394/2009, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Arnóbio Marques, encaminhando o Projeto de Lei Complementar n.3/2009, que "Altera o Anexo I, da Lei complementar n. 184, de 30 de junho de 2008";

Indicação n. 53/2009, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Delorgem Campos, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no sentido de viabilizar junto ao Programa Luz para Todos, a conclusão com instalação de lâmpadas, na rede de energia elétrica, da comunidade "Vila do Incra", localizada no Km-26 no Município de Brasília.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Senhores Deputados e Deputadas, hoje é o Dia Nacional do Defensor Público e após o nosso debate no Pequeno e Grande Expediente, apreciaremos Matéria do Executivo, que trata da remuneração desses profissionais

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, ouvintes no Salão do Povo, meu bom dia. Hoje, recebemos uma boa notícia, que foi a aprovação do Projeto dos Defensores Públicos que resolveu ou, pelo menos, solucionou de uma forma ou de outra, a situação daquela categoria. Inclusive, essa vitória pertence, principalmente, ao Presidente Edvaldo Magalhães, que se empenhou bastante na solução desse problema, colhendo assim bons frutos de um entendimento entre ambas as partes.

Eu gostaria de fazer referência à reunião que aconteceu, sábado pela manhã, no diretório do PSDB com a direção regional. A intenção era dar uma solução para o problema dos processos da Comissão de Ética partidária contra a minha pessoa, que depois de muita análise dos integrantes da executiva, tenho que confessar que o desfecho foi muito bom, pois se este tivesse vindo do Diretório Regional, talvez nada teria acontecido, mas como houve a intervenção da Diretoria Executiva, houve êxito. Inclusive nós reconhecemos que houve erro de ambas as partes e resolvemos pela paralisação do Processo, porque o que nos interessa nesse momento é a eleição de 2010. O Tião Bocalon é o pré-candidato do PSDB a Governo do Estado do Acre, porque acreditamos ser um nome forte e tem o carisma da sociedade acriana. E o José Serra, à Presidência da República. Portanto, esse é o nosso foco político no momento. Claro, que temos que analisar e nos organizar para que isso realmente seja uma boa caminhada para a vitória.

Problemas com a Comissão de Ética, uma coisa ou outra, não teriam a menor importância nesse momento, pelo fato de estarmos voltados para a eleição de 2010. Perdar ou entender, para mim, é uma coisa simples, porque sou médico, faço um trabalho com dependentes químicos e exerço a dinâmica do perdão no dia-a-dia. Agora ver o Diretório Regional composto por heterogenias e nos dispor a perdoar falhas é sem dúvida um grande exercício para uma boa solução. Então, fiquei muito feliz, portanto, estamos engajados nessa luta pelas eleições e vamos crescer cada vez mais. Os nossos adversários estão se alimentando desses pequenos problemas internos, mas nós estamos juntos e felizes.

(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros no Salão do Povo, Imprensa, funcionários da Assembléia, semana passada nós falamos aqui do terrorismo que se instalou na Segurança Pública, ou seja, na Polícia Militar e também na Polícia Civil.

Este Governo da Frente Popular, Governo de faz-de-conta, vou sempre me pronunciar desta forma quando me referir ao mesmo, está implantando uma Ditadura no Acre. Semana passada o Comandante Geral da Polícia Militar, assessorado pelo Governo do Estado, publicou uma portaria proibindo os policiais de fazerem qualquer tipo de movimento. Isso não existia nem no Regime Militar. O nosso direito de ir e vir, de reivindicar está garantido na Constituição. Nós somos proibidos de fazer greve, mas nós não fizemos, o que fizemos foi um movimento.

Antigamente éramos regidos pelo R200, pelo antigo Regime Militar; hoje não somos mais, agora somos militares estaduais, regido pela Lei estadual, pela Carta Magna e nela não consta tal proibição. A Lei que foi aprovada por nós, diz que policiais podem ser contratados em situação emergencial, para coibir atos de desordem em movimentos como aquele. O que é isso, Deputado Moisés Diniz? Que Democracia é essa? Isso não aconteceu nem quando eu fui transferido pelo Romildo Magalhães para Manoel Urbano, por ter confeccionado um panfleto intitulado cala boca soldado. Agora a turma do PT no Governo de faz-de-conta, proíbe os policiais militares de fazerem o seu manifesto pacífico.

Não houve nenhum problema no manifesto e o Comandante, orientado pela Frente Popular, tomou essa atitude. De vez em quando chega uma conversinha: o major tal, o soldado tal, o sargento tal, o tenente tal vão se dar mal. E quem perde com isso é a população.

Governador, ou o Senhor tira o Comandante da PM ou o Senhor não terá um policial trabalhando com gosto. A tropa está toda revoltada e agora a população está a favor dos policiais. Ou o Senhor toma essa decisão ou terá problemas dentro da corporação. A disciplina e a hierarquia acabou lá dentro. Ou o Governador coloca uma pessoa que tem pulso, que pode tomar as rédeas da corporação ou teremos problemas. E o culpado é V. Exa. que é o Comandante e Chefe da Polícia Militar e da Segurança Pública. Nós estamos avisando, não estamos fazendo acusações que não são verdadeiras.

O Cel. Célio não tem mais condição de permanecer no cargo, Senhor Presidente, portanto, gostaria que V. Exa. olhasse com carinho essa situação e falasse para o Governador que esse Comandante não pode continuar à frente da Polícia Militar. E gostaria também que os representantes da Assembleia conversassem com o Governador a respeito dos fatos que estão acontecendo na corporação.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSU) – Senhor Presidente, Senhores Deputado, a construção das nossas estradas obedecem a uma lógica muito perversa para os acrianos. Todos nós sabemos que é difícil executar obras na nossa região, portanto, o alto custo delas é em virtude das dificuldades em executá-las. Afirmo que a construção das nossas estradas obedecem a uma lógica muito perversa para o contribuinte acriano, porque nós pagamos um custo absurdo, já comprovadamente superfaturado. Alguns trechos da nossa BR, hoje, estão sendo construídos ao maior custo do País: três milhões e duzentos mil reais por quilômetro. A alegação do Governo é que aqui chove, que não tem pedra e o que cimento vem de Manaus. E nós respondemos que o preço elevado é exatamente a recompensa para superar todas essas dificuldades, mas se não bastasse isso, a perversidade está na benevolência do Governo do Estado com as empresas responsáveis pela construção, Deputado Nogueira Lima.

Todos nós sabemos que aquele trecho próximo a Cruzeiro do Sul, construído por algumas empresas do ex-Governador Orleir Cameli e outras que foram contratadas pelo Governo da Floresta, está completamente deteriorado, completamente danificado e o Governo do Estado, responsável pela execução das obras, em vez de responsabilizar civilmente as empresas que fizeram aquela portaria, aquele serviço de má qualidade, sem atender aos requisitos mínimos da tecnologia da engenharia rodoviária, contrata outras para consertar o serviço mal feito.

No nosso Diário de hoje, consta a homologação, Senhor Presidente e Senhores Deputados, da contratação da Construmil, sempre a Construmil, para recuperar dezoito quilômetros de estradas lá no Liberdade ao custo de trinta milhões setecentos e um mil reais, ou seja, um milhão quinhentos e cinquenta mil reais por km, apenas para recapear a estrada. Aí é que está a lógica perversa da construção das estradas. Primeiro se paga um custo altíssimo para construir e em seguida se contrata os reparos pela metade do preço da construção. Vejam bem: três milhões para fazer e um milhão e meio para recuperar. Desse jeito, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o nosso sonho da integração rodoviária no nosso Estado, não será cumprido pelo Governador Binho Marques no prazo em que ele se comprometeu com o povo acriano, em 2010, no final do seu Governo, porque a roubalheira do superfaturamento e os serviços sem qualidade vão comprometer a conclusão da obra.

Descente e correto seria o Governo do Estado acionar e responsabilizar as empresas que foram contratadas e não executaram um serviço de qualidade. Mas aí o Governo é benevolente e bonzinho demais para agir de tal forma. A empresa faz portaria e ele vai lá e paga novamente para ela consertar.

Como é que se faz uma obra de três milhões com base, sub-base, drenagem, recapeamento asfáltico por três milhões e apenas para fazer a recuperação da pista de rolamento, o Governo gasta um milhão quinhentos e cinquenta mil reais por quilômetro? Desse jeito é preciso que o Presidente Lula derrame muito dinheiro no Estado do Acre. Porque se esses recursos fossem bem aplicados, gerenciados, provavelmente nós já teríamos mais alguns quilômetros de estradas asfaltados. Mais alguns quilômetros de base e sub-base preparados para receber o asfalto, Deputada Idalina Onofre, porém, o Governo prefere gastar mais dinheiro para consertar a portaria, os serviços que não atendem os requisitos mínimos da tecnologia, da engenharia rodoviária.

O Governo vai novamente pagar e daqui a dois anos, nós teremos que carrear mais uma montanha de recursos para a recuperação das estradas e assim nós vamos caminhando sem ter obras bem feitas no Acre e, principalmente, a preços honestos. Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a falência chegou à última bandeira defendida pelo PT, que é a floresta.

Através do Coronel Romário Célio querem controlar a violência, mas por ser de maneira truculenta, controlam por um tempo, mas não sempre. A Saúde está um caos e a tão propalada florestania também não está dando certo.

Fiquei impressionada com a reportagem e as fotos do Gleiciano Rodrigues, no site ecosdanotícia, a qual mostram o drama do homem da floresta, o que não tem condições de tirar o seu sustento e por isso apela para a violência. Deputado Donald Fernandes, acho que essa família, vítima dessa brutal violência, deve ser assistida, pois ela é composta de 36 crianças, inclusive, duas são cegas e o provedor dessas crianças foi assassinado de uma maneira cruel. Esse homem era responsável por essas 36 crianças, cinco eram seus filhos.

E pasmem Senhores, para entrar nesse ramal foi preciso quatro horas de caminhada. E a falta de condições de acesso ao local quase chegou a

inviabilizar o resgate do corpo. Foram preciso horas para chegar àquela localidade e a situação era deprimente. A banalização da vida na floresta chegou ao máximo. A última bandeira defendida pelo PT fracassou.

Foi dito pelo Governador do Estado que, anualmente, são recuperados 4.500 km de ramais, mas ontem estivemos na sede do Incra, juntamente com os Deputados Sérgio Oliveira, Luiz Calixto e Nogueira Lima e fomos informados que os ramais estão sendo recuperados, mas que ao final do ano eles já estarão sem condições de trafegabilidade. O Deputado Luiz Calixto, que acompanha o Diário Oficial, sabe os valores que são destinados para a construção dos ramais. Portanto, é inadmissível que se realize um serviço tão mal feito, que com dois ou três meses esses ramais não dêem mais condições de tráfego. Quero saber onde está a verba que foi destinada para a recuperação, desses ramais, já que solicitei essa informação através de dois Requerimentos e até agora eu não tive nenhuma resposta. Quero saber quantos ramais e quantos quilômetros foram construídos e o total que foi gasto em cada ramal.

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, respeitamos plenamente o direito da Posição de questionar as ações do Governo, no que diz respeito à Portaria da Polícia Militar e do Comando. Todos os incisos e artigos estão de acordo com o Código de Ética e com Estatuto da Polícia Militar, inclusive, esse Estatuto foi aprovado nesta Casa e o mesmo proíbe a participação de policiais em manifestações em políticas partidárias e não de manifestações em defesa da qualidade da Segurança e em defesa do salário. Proíbe também que ele participe usando a farda, a arma e a viatura da PM.

Tenho certeza de que nenhum Deputado é contra esta Portaria. Entendo que o que esteja havendo seja uma questão interna, proibindo que se publiquem assuntos de interesses internos da própria Polícia.

Quanto à manifestação pública e as reivindicações dos policiais, nós Deputados e a sociedade sabemos que o Governo respeitará o que prevê a Constituição.

Com relação às obras, continuaremos fazendo esse debate. Temos mais de 800 obras para construir, que deverão ser inauguradas até o final de 2010. Temos mais de 900 milhões para serem investidos na BR-364, inclusive, realizando o grande sonho dos acrianos que é a construção das quatro grandes pontes da BR-364.

Continuaremos debatendo e defenderemos o Governo sobre a acusação de superfaturamento, porque para isso, existem instituições como o TCU e o MP para investigar. Nós continuaremos dizendo que as estradas no Estado do Acre têm esses custos por conta das condições climáticas expostas aqui. Certamente nós vamos entregar a BR-364 com as suas pontes.

Quanto ao debate acerca do dinheiro do Incra, em Senador Guimard, nós sabemos da manifestação e vamos fazer também a nossa. Tomamos conhecimento do que foi dito para mobilizar os trabalhadores. São 22 milhões de reais para investir no Projeto Padre Peixoto, envolvendo toda a infraestrutura dos ramais. Mas para que essa verba seja liberada, o Governo deverá entrar com 10% de contra partida, senão, o Governo Federal não libera o recurso.

Todos têm conhecimento de que a Prefeitura do Quinari ou até mesmo a de Cruzeiro do Sul, não têm condições de levantar dois milhões de reais de contra partida. Por isso, o convênio será feito com o Governo do Estado, o que acontecerá a partir do início do verão.

No que se refere ao debate da Reserva Extrativista, ela faz parte do nosso patrimônio. Nós defendemos o desenvolvimento, mas também defendemos a sustentabilidade. Não abrimos mão de defender e preservar as populações tradicionais, tampouco as condições vitais do planeta.

A Reserva Extrativista Chico Mendes e as outras reservas de competência do Governo Federal têm problemas, mas lá tem Educação, inclusive duas escolas de Ensino Médio.

Na Reserva existem agentes de saúde e 380 famílias trabalham em atividades voltadas à produção de látex, para abastecer a fábrica de preservativos e recebem por isso. Também tem 250 famílias envolvidas na produção de castanha. O Programa Luz Para Todos chegou a todos os ramais de possível acesso e o Governo está trabalhando para entregar 200 fogões, com uma tecnologia acriana, para as comunidades que não têm acesso por ramais. Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado JOSÉ LUIS (Líder do PMN) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos da Imprensa, pessoas que nos assistem no Salão do Povo, eu gostaria de começar o meu pronunciamento lembrando o feito do Internacional, que jogou com o time reserva contra o Palmeiras no domingo.

Senhores Parlamentares, gostaria de comentar a viagem que fiz ao belo Município de Manoel Urbano na quinta-feira, retornando na sexta-feira, quando tive o privilégio de sobrevoar a BR-364 e ver o estrago que as chuvas fizeram nas nossas estradas. E há previsão de mais chuvas, ainda para esse mês de maio.

Nos anos passados, no aniversário de Manoel Urbano, geralmente íamos de carro, Deputado Ney e dessa vez foi preciso ir de avião. Lá nos reunimos com representantes de várias entidades e tivemos a informação de que o Governo planeja construir quinze casas populares e doar 45 kits de casas. Levando em consideração o alto índice do déficit habitacional, seria de tamanha importância para a sociedade de Manoel Urbano, que fossem entregues 50 casas populares e 100 kits de casas.

Outro fator de grande importância para aquela comunidade, seria o Deracre dar o suporte necessário para recuperação do maquinário da cidade,

haja vista que o período chuvoso já passou e o verão é o momento mais oportuno para realização das obras estruturais da cidade.

A outra reivindicação é dotar o posto da Sefaz no município de condições para emissão das certidões. Apesar da distância, os avanços tecnológicos podem superar as barreiras e proporcionar esta agilidade administrativa que é de imensa importância para o comércio na região.

A outra solicitação que faço diz respeito a Escola Mazira Anute de Lima; uma instituição de Ensino Fundamental, que agrega 850 alunos. Essa escola necessita que seja feita a ampliação de três salas, para que os alunos tenham o devido conforto e obviamente um bom desenvolvimento educacional. Hoje, cada sala comporta cerca de 100 alunos, o que dificulta o aprendizado.

Senhores Parlamentares, todo ano é feito um tradicional desfile naquele município. É uma manifestação simples, mas muito bonita, pois os alunos passam de três a quatro meses montando a história daquela cidade, desde a época do Seringal Tabocal até os nossos dias. E por onde eu andava os alunos queriam saber o porquê da não participação da escola estadual.

Eu não acredito que ainda existam problemas de ordem política, visto que a Secretaria é administrada por um partido que perdeu a eleição. Esperamos que isso não aconteça mais.

Comunicamos aos nobres Parlamentares, que hoje, às 15 horas, realizaremos a primeira reunião da CPI, aqui nesta Casa.

(Sem revisão do orador)

GRANDE EXPEDIENTE

Deputado MAZINHO SERAFIM (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero parabenizar o Deputado Donald Fernandes e a Executiva Regional do PSDB, por terem se entendido. E eu tenho certeza que é isso que o povo espera da Oposição, a união.

Deputado Moisés Diniz, eu nem ia tratar desse assunto que V. Exª falou, mas como eu o conheço profundamente, eu tenho que discordar dos dados que V. Exª colocou aqui. O Senhor disse aqui, que hoje, 250 famílias estão sendo beneficiadas na Reserva Chico Mendes. Realmente, essas famílias são os escolhidos do PT, porém são dez mil pessoas que todos os anos coletam três milhões de latas de castanhas no Estado do Acre. Essas 250 famílias beneficiadas produzem no máximo 25 a 40 mil latas de castanha. E as outras famílias que produzem o restante das latas de castanha não estão sendo beneficiadas. Os produtores de Sena Madureira produzem duzentas e tantas mil latas de castanhas, mas ninguém fala deles, o mesmo acontece em relação aos produtores do Bujari, de Acrelândia, de Plácido de Castro, Senador Guiomar, Rio Branco, de Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, ou seja, não estão sendo beneficiados.

Quando falamos em extrativismo se pensa logo em borracha. E eu creio que daqui alguns dias, os seringueiros virão para as ruas fazer reivindicações, porque a barriga deles está doendo e quem está com fome tem que falar alguma coisa.

Desde dezembro que o subsídio estadual não é pago. E olha que nós aprovamos em outubro o valor de R\$ 1,40. É lei, então o Governo tem que pagar. O outro incentivo do Governo Federal no valor de R\$ 3,50, até hoje ninguém recebeu um centavo. Outra coisa, quando se monta um processo tem que vir alguém da Conab de Porto Velho. Isso é uma vergonha.

Quando o Senhor fala da indústria de látex de Xapuri, tudo bem. O Governo Federal colocou lá 35 milhões de reais. E lá tem funcionário de São Paulo que vem explicar o seu Know how aqui, e ganha trinta mil reais, mas isso aí ninguém fala. Portanto, nem tudo é como V. Exª fala que o Governo do PT está fazendo, pois a área extrativista está abandonada; em Xapuri há apenas meia dúzia de pessoas beneficiadas, as quais são escolhidas a dedo. Elas ainda dizem na mídia que são seringueiros, mas nunca riscaram uma seringa.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM – EM APA RTE) – Deputado Mazinho, V. Exª tem razão, o Deputado Moisés centralizou fogo no discurso de quatro Deputados. E, de repente, ele tocou em vários pontos que não tem nada a ver com o que ele falou, apenas para influenciar a mídia. Nós fomos à Bonal, onde V. Exª tem grande apoio e lá a reclamação é geral. Essa semana, quando íamos para Acrelândia encontramos aquele presidente falando que se o Governo do Estado não cumpria com o que o Governo Federal falou, eles vão acabar com a seringa e vão fazer o mesmo que na Reserva Chico Mendes, porque assim eles vão poder criar uma vaquinha e todo ano tirar um bezerro para vender a 300 ou 400 reais; já a borracha, eles só tiram por seis meses e acabou. Então, não é isso que o Governo está dizendo. Eu tenho certeza que o Deputado Moisés Diniz está sendo muito mal assessorado, porque não é isso que está acontecendo no nosso Estado. É mentirosa essa notícia que diz que o seringueiro está ganhando dinheiro e está bem; ele está passando é fome, assim como os pequenos agricultores. Obrigado pelo aparte.

Deputado MAZINHO SERAFIM (Líder do PSDB) – É verdade Deputado Nogueira Lima, a Fazenda Bonal, hoje, é um estopim. O Assentamento cresceu e a droga está tomando conta da maioria dos jovens. Essa é a maior reclamação dos moradores de lá. Por que traficantes estão se infiltrando no meio daqueles jovens? Porque não está tendo trabalho. As 280 famílias que foram assentadas estão sem trabalho. Não têm como produzir borracha e palmito, porque não têm preço. E também não têm para quem vender. Portanto ali, está um caos.

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS – EM APA RTE) – Deputado Mazinho, ontem, quando eu li a reportagem no site ecosdanotícia havia 74 comentários, e cada um mais contundente que o outro, contra esse projeto de florestania que nós sabemos que não funciona. E o Senhor sabe

muito bem disso. Também foi falado na reunião que os moradores da floresta não podem mais extrair os próprios produtos da floresta para sua subsistência. Um exemplo disso é a madeira. Quem é que está ganhando dinheiro com a madeira? Quem é que está ganhando dinheiro com a castanha? Quem é que está ganhando dinheiro com a borracha? Aqui, eu não estou me referindo ao Senhor, porque como empresário o Senhor tem que ter lucro. Agora, quanto à fábrica da "Natex", ninguém sabe quem é que está ganhando com aquilo ali, porque dizem que a camisinha não está saindo, porque a borracha não presta.

Deputado MAZINHO SERAFIM (Líder do PSDB) – Deputada Idalina, os funcionários do primeiro escalão da "Natex" ganham de 15 a 30 mil e recebem pela Secretaria. E lá, na minha empresa, os funcionários recebem da própria empresa. E não tem caminhão do Estado. É por isso que eles ganham muito dinheiro na Natex.

Deputado Calixto, eu subi aqui para tratar de um assunto, mas o Deputado Moisés puxou um assunto polêmico e eu tive que rebater. Então, eu volto na Explicação Pessoal, porque eu tenho outra bomba do Sr. Nilson Areal para relatar.

(Sem revisão do orador)

Deputado DELORGEM CAMPOS (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, visitantes no Salão do povo, sejam bem-vindos. Eu ouvi aqui o Deputado Mazinho falar que traficantes estão adentrando os lares mais simples da nossa floresta e é assim que se infiltram as organizações malfadadas e eu fico muito constrangido com isso. Eu até já deixei de falar aqui nesta tribuna sobre esta questão das drogas, dos entorpecentes, da evasão de divisas que ocorre em nosso Estado.

Estou cansado de dizer que é possível, através de um conselho, de convênios e do envolvimento das autoridades, salvaguardar a nossa juventude no interior do Estado e proteger as nossas famílias e a sociedade como um todo, bem como o fechamento de ramais vicinais, os becos, os rios do Alto Acre e do Juná. No entanto, a minha voz não tem sido ouvida, é uma voz perdida no deserto e se esta situação não for resolvida, as gangues poderão agir aqui no Acre, da forma como, infelizmente, agem no Rio de Janeiro.

Mas eu não vim aqui falar disso, eu vim aqui para dizer justamente que não vale a pena ser político se estiver preocupado em olhar apenas para o seu umbigo. Bem que os Parlamentares poderiam ter mais tranquilidade no exercício do seu mandato. Infelizmente, o Estado Brasileiro deixa de cumprir o seu papel principal e, muitas vezes, o Deputado é submetido a constrangimentos quando tem que desempenhar o papel que é do Estado.

Infelizmente não vai ser nesta década e nem daqui há duas ou três décadas que isso vai mudar, mas o nosso dever principal é respeitar o voto que nos foi concedido, é respeitar as pessoas que são convictas de que a política é a única via legal, o instrumento jurídico capaz e cabal de mudar a história de uma comunidade, de uma nação. Por isso, eu acredito que cabe aos eleitores, e aí me incluo também, saber em quem está votando. Se existem maus políticos é porque alguém votou neles, certamente. Então, nós não vamos melhorar nunca o estado de direito pleno da política, da ação boa do político, se continuamos a reclamar, falar mal e votar no camarada. Infelizmente é um buraco sem fundo, mas aqui nós estamos para defender as pessoas.

Estou apresentando uma Emenda no sentido de que seja adquirida uma ambulância com tração nas quatro rodas para o Hospital Regional Raimundo Char, localizado na minha terra natal, Brasiléia.

Brasiléia dispõe simplesmente do serviço SAMU, que é oferecido no País inteiro, e de um carro que o Governo colocou para atender as necessidades das pessoas que são transportadas diuturnamente para a capital, inclusive num sofrimento profundo, incluindo aquelas que fazem hemodiálise duas vezes por semana.

As pessoas que estão dentro da floresta, aquelas que mais sofridas, muitas vezes são acometidas de doenças, vítimas de acidentes graves e não têm como ser socorridas de forma imediata. Por isso estou solicitando aqui, que o Governo viabilize, através da Secretária de Saúde ou onde for alocada a verba, a aquisição de uma ambulância com tração nas quatro rodas e que esta fique na responsabilidade do Hospital que quem pratica as ações, do contrário não funcionará e será um bem público a ser destruído, deteriorado antes do seu tempo útil de vida.

Essas famílias que vivem na floresta, sequer têm tido assistência por conta da burocracia.

O Brasil é um País que nasceu com essa peculiaridade; tudo aqui é muito burocrático e muito complexo. Então, os Senhores hão de convir que existe a necessidade de se ter, naquela regional, pelo menos, uma ambulância para que essas pessoas usufruam do seu direito garantido na Constituição. Portanto, fazemos esse registro, para que entendam que nós temos cumprido o nosso papel, de modo geral.

Infelizmente o Brasil é um País de Regime Presidencialista, onde o Presidente manda muito menos que determinados órgãos burocráticos, que só empenham o funcionamento da máquina administrativa.

(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, nas reuniões que participamos, o Deputado Luiz Calixto deve ter notado quando os produtores rurais disseram que eles são impedidos de extrair os produtos da floresta para viverem e que estão cansados de baterem palmas para esse Governo incompetente, principalmente a população da zona rural, a qual está cansada de servir de escada.

Hoje, pela manhã, eu estava me perguntando se mandassem os servidores da PM, da Segurança, da Saúde ou mesmo a da Educação baterem palmas, eu acho que não fariam porque ninguém quer ser mais usado.

O Deputado Delorgem Campos deve ser a voz que clama no deserto da Base do Governo. E eu gostaria de ver como fica a cara do

Governador Binho, quando o Deputado Delorgem diz que o Estado está deixando de cumprir o seu papel principalmente. E ele diz aqui que o Governo somos nós e como existem muitas pessoas que não gostam de ler, aconselho que assistam o filme Ensaio sobre a Cegueira.

A realidade está aí. Não sejam iguais àqueles que estão vendo as coisas erradas e se negam a enxergar. O povo se recusa a enxergar as coisas enquanto a barriga não dói. Mas quando chega a fome, o desemprego, o abandono, aí os olhos deles se abrem. Podem ter certeza de que o nosso povo, a partir de agora, já começou a ensaiar para não ser mais cego.

(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, no início desta legislatura, no dia em que o Secretário de Saúde veio aqui junto com seu adjunto, eu disse-lhe o seguinte: Tomara que o Senhor passe três anos com seu adjunto, porque V. Ex. é sério, probo, assim como o Dr. Thor. O Thor não está saindo por causa de política não. Ele disse aqui que a maior vontade dele era fazer a Saúde funcionar, porque até aquele momento, no Governo do Jorge Viana, não tinha funcionado. Por que agora ele está deixando o barco?

Ele mandou uma carta comunicando que está saindo para tratar de assuntos particulares. É complicado, é bom porque colocamos as coisas no nível que devem ser tratadas; com seriedade, dignidade e honestidade. Não fazendo como o meu amigo e companheiro Deputado Moisés Diniz que, para defender o Governo, disse que a nota que o Comandante da PM publicou está de acordo com o Estatuto e o Regimento Interno daquela corporação. Não adianta V. Ex. dizer que todos os Deputados aqui gostaram da medida. Aquilo é detestável e tenho certeza de que a maioria dos Deputados, que são democratas, não aceitaram aquele comunicado.

Então V. Ex. foi mal assessorado pelo Governo, porque aquela medida foi antipática, autoritária. Não tem cabimento, no momento que nós vivemos no Brasil, no mundo, aceitar uma coisa dessas! Eu detestei porque sou militar e como tal, acredito que a hierarquia e a disciplina têm que existir.

(Sem revisão do orador)

Deputado NEY AMORIM (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos e amigas da Imprensa, amigos no Salão do Povo, hoje é um dia quente, com previsão de bons debates, de muita discussão e também de muita divergência. Eu, como Líder do PT, gosto de assistir os debates e observar o que é dito aqui.

Mesmo com várias obras realizadas, com os investimentos feitos na área de Saúde, Segurança Pública, Educação, para povos da floresta, ainda ouço afirmações que o Governo do PT está inerte.

Estava vendo uma matéria que dizia que a castanha movimentou mais de 25 milhões em 2008. E ouço Parlamentares falarem, aqui, que o Governo do Acre abandonou os povos da floresta; que não apóia o extrativismo e que quem está ficando rico com isso são os empresários.

Na Cooperacre há várias pessoas trabalhando e os galpões foram feitos com o apoio do Governo do Estado para ajudar no armazenamento da castanha. O Acre, hoje, vende muita castanha e movimentou muitos recursos nesse setor. E dizer que o Governo do Estado não apóia, não ajuda os povos da floresta, não é verdade.

Nunca foi feito tantos investimentos, nunca foi dado tanto apoio nessa área, como agora. A Oposição dizer aqui que a bandeira de luta do PT e da Frente Popular está caindo, é querer, de uma hora para outra, assumir a bandeira dos povos da floresta e dos que mais precisam! Isso não aceitamos, essa bandeira é nossa, é do PT, é da Frente Popular. Foi por isso que o Partido dos Trabalhadores surgiu, é por isso que nós estamos governando o país e o Acre por três mandatos. Para cuidar dos que menos podem, dos que menos tem, para fazer a inclusão social, para levar Saúde aos lugares mais distantes.

E ainda dizem que o PT e a Frente Popular não cuidam das pessoas que mais precisam, que não levam saúde básica ao povo, que não cuidam das pessoas que estão nos leitos dos hospitais precisando de tratamento. Nós cuidamos com muita atenção e se esse ou aquele Secretário, de qualquer parte do Governo, pedir para se afastar é porque ele tem outro projeto de vida. Mas, contudo, já souou, já ajudou no Governo da Frente Popular naquilo que pode.

Agora, eu tenho convicção de que aquelas pessoas que estão no Governo, que ocupam cargos públicos, que estão bem intencionadas e querem ficar até o final da administração, farão muito mais e melhor.

Alguns falaram que queriam ver a cara do Governador Binho Marques e eu posso dizer aos Senhores, que eu estive com S.Ex.ª no sábado e vi que o seu semblante era de felicidade, de satisfação. É um olhar de quem quer fazer muito mais nestes dois últimos anos de Governo. A expressão do Governador é de quem vai fechar esse Governo em alta, para poder passar para o próximo administrador, que será do PT, porque o povo aprova o nosso Governo, ainda que a Oposição não queira admitir. O povo do Acre aprova os programas de inclusão social, de desenvolvimento sustentável. O nosso Governo é sensível a todas essas questões.

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT – EM APARTE) – Deputado Ney Amorim, quero agradecer pelo aparte e dizer que há uma movimentação muito grande por parte da Oposição, a qual está atacando a si própria, porque num aparte que foi concedido, agora, há pouco, foi colocado que os empresários é que estão ganhando tudo. E foi um empresário do ramo da castanha, do extrativismo, que recebeu essa crítica do aparteante. Então, ninguém sabe o que é correto. Estão atirando para todos os lados, para ver onde dar certo. Mas atirar no escuro é perigoso. O nosso partido, a Frente Popular, que já vêm há doze anos administrando esse Governo, têm projetos. E essas críticas vêm ao longo dos tempos, não é só de agora. Mas o Governo vai continuar fazendo estradas, rerais, implantando infraestrutura, investindo,

principalmente, na inclusão social, com os ribeirinhos, com as associações. Essa é a proposta e o objetivo do nosso Governo. Nós sempre vamos receber críticas, porque estão muito preocupados com a nossa administração. Nós conhecemos, bem qual é a situação geográfica do nosso país. Sempre vai existir pessoas vivendo nas cabeceiras dos rios, onde não vai haver ramal, mas o Governo estará lá, levando energia alternativa para essas populações. Pode não chegar o ramal, mas chegará energia alternativa, Saúde e Educação. Ainda ontem, eu participei da implantação da distribuidora de petróleo Equador aqui no Estado do Acre. Esses empresários estão acreditando no projeto de governo que nós temos. Somos um Estado promissor, Deputado Ney Amorim. Portanto, V.Ex.ª está coberto de razão quando fala que o povo aprovou e continua aprovando o projeto do PT.

Deputado NEY AMORIM (Líder do PT) – Incorporo o aparte do Deputado Taumaturgo Lima e concedo outro ao nobre Deputado Luiz Calixto.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL – EM APARTE) – Deputado Líder do PT, eu fico muito preocupado quando V.Ex.ª por diversas vezes, assume um ar de autoritarismo que não é condizente com a sua juventude, com a sua vontade de defender o Governo. V.Ex.ª diz que a defesa dos povos da floresta é uma exclusividade da Frente Popular. Aconselharia a V. Ex. a pedir a retirada desse tempo, porque os petistas que vivem nos ambientes com condicionadores de ar, andando nos seus carrões, eu não tenho nada contra quem tem carrão, falam que os povos da floresta vivem em situação de conforto, porém, esses petistas não andam nesses locais. O próprio Deputado Moisés Diniz, nas suas viagens anuais ao Jordão, fez um relato de como vivem os povos da floresta às margens do rio Tarauacá; se V. Ex. for lá no Espalha é a mesma coisa. Na vitrine do PT, que é a Reserva Chico Mendes, eu estava vendo umas fotos aqui, os carros nem conseguem entrar. Visite, porque falar daqui, do asfalto, do ar condicionado é muito cômodo, vá ao Jordão. O PT está no seu 10º ano de Governo. Vá lá no Macaúã e veja como as pessoas vivem lá. Falar aqui, da boca para fora, que nós conquistamos isso; que nós avançamos naquilo é muito fácil. O que o Deputado Taumaturgo disse é uma imensa bobagem. Essa empresa Equador está no Acre há mais de quinze anos e vão contar esse investimento como um grande feito da Frente Popular. Eu conheço o gerente há mais de quinze anos, só como Deputado já estou com dez anos. Portanto, menos. É impossível para um Governo que está há dez anos no Poder não ter feito nada. Agora contar essas vantagens, essas potocas, essas coisas que ninguém vai acreditar é bobagem. Eu gostaria muito que esses discursos fossem feitos lá nas comunidades, lá dentro da Reserva Chico Mendes. Aqui mesmo no ramal do Santa Maria. Vá lá e faça esse discurso que o Governo faz isso, faz aquilo, que não falta mais nada, que são apaixonados pelos povos da floresta. Todos os Projetos do Acre junto ao BIRD, ao BNDES foram assinados e auferidos usando como bandeira os povos da floresta. Vá lá ao Seringal Alagoas e veja um Centro que fizeram lá. Lá é próximo de Reijó e o que existe é um Centro de Florestania abandonado.

Deputado NEY AMORIM (Líder do PT) – Deputado Luiz Calixto, eu não esperava, em nenhum momento, que V. Ex. concordasse com as ações feitas por esse Governo. Porque não importa o que seja feito nessa administração, tanto na área da Saúde, de produção, da Educação, na área da inclusão social, que V. Ex., a Oposição não vão reconhecer, não querem saber.

Gosto muito de andar, Deputado Calixto e ando bastante. Eu acho que V. Ex. tem feito o mesmo, para ter tantas informações dessa forma. Mas eu gostaria de dizer ao nobre Colega que ainda que a Oposição não queira ver os avanços do Estado, a partir da visão de Governo e de inclusão social, nos vamos continuar trabalhando até o final da administração do Binho Marques. É por isso que nós, da Situação, estamos aqui na Assembleia Legislativa, para continuar aprovando projetos do BIRD, que venham proporcionar investimentos neste Estado.

Concluindo, eu gostaria de dizer que o Governo do PT, a Frente Popular não são de faz-de-contas; somos um Governo que faz acontecer e continuaremos assim, porque o povo do Acre precisa do Governo do PT e da Frente Popular.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia. Nós aprovamos nesta Casa uma autorização para o Governo do Acre manejar produtos não madeireiros com preços que variam entre R\$ 0,30 e R\$ 1,40. A aprovação dessa autorização só foi possível com a argumentação de que há dificuldades.

O Deputado Mazinho é um empresário bem sucedido da área da borracha e se Deus quiser vai ser também da castanha e ele deseja que seus colegas da construção civil cresçam financeiramente junto com ele. Conheço o Deputado Mazinho há muito tempo e sei que ele pensa assim. V. Ex. sabe que há diferenças regionais e o que significa cortar borracha na região de Rio Branco, que fica perto da usina de Sena Madureira ou na cabeceira do Rio Jordão. Por isso que os Deputados desta Assembleia aprovaram essa maleabilidade, Deputado Donald, no sentido de permitir preços diferenciados nos produtos não madeireiros.

Nós temos números do crescimento do comércio da castanha. Queremos informar que numa reserva extrativista no Acre há em média 250 famílias vivendo da colheita da castanha. Temos mercados na nossa cidade exclusivo para o abastecimento de castanha e borracha e um outro mercado para a venda de vários tipos de mercadorias como: copos descartáveis, microfone, telefone, etc. O Estado não é tudo!

Quatro Deputados interviram, e eu não citei o nome de nenhum deles, vamos continuar fazendo isso que é o que ajuda no equilíbrio e na elevação do debate político, mesmo que tenhamos sido citados por vários Parlamentares, nós jamais falaremos o nome de alguém.

Quanto ao pedido de demissão do médico Thor, temos a dizer: qual cidadão que abandona um bom salário sem motivo justo? Sua esposa está grávida pela quarta vez, porém nas outras gestações ela perdeu as crianças, por enfrentar uma gravidez de risco. O Dr. Thor está tentando salvar esse filho, então pediu demissão para cuidar da esposa e viajar com ela. Mas se querem politizar algo tão vital como a vida de uma criança, que ainda está no ventre da mãe, então não entraremos nesse debate. A nossa solidariedade ao companheiro Thor, que Deus proteja a gravidez da sua esposa e que essa criança nasça com saúde e feliz para ver este Acre que vai ser um belo Estado para se viver . Se Deus quiser .

Quanto ao Debate da IM, quando o cidadão chega a certa idade com tanto tempo na política, ele procura evitar ao máximo falar bobagem. Se tivéssemos dito que todos os Parlamentares estaduais gostaram da portaria do Comandante, retirariíamos o que dissemos, porque foi bobagem. Todavia não dissemos isso. Apenas fizemos a defesa da publicação da portaria e cabe a Oposição contestar. No dia que a Oposição vir à tribuna e fizer o nosso papel, perderemos o emprego. Façam Oposição, denunciem o Governo, levantem os problemas. Mas temos o direito sagrado de defender o Governo do Estado.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM – EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, obrigado pelo aparte. V. Exa. defende a nossa condição. Nós somos Deputados de Oposição ao Governo não fazemos uma Oposição irresponsável, foi para isso que fomos eleitos, tive quatro mil, setecentos e sete votos. Ontem fomos abordados no Banco do Brasil por um rapaz que falou assim: "Tu tens que mandar prender o Nakamura", respondi: Calma, meu irmão. Você é professor da Universidade e sabe que temos três Poderes. Eu não tenho poder para prender ninguém e sim ir à tribuna da Assembleia criticar e você como cidadão tem o direito de oficializar no Ministério Público o que achar que está errado. Agradeço por nos fortificar na nossa condição. Quanto à portaria, V. Exª. foi bem claro ao dizer: "Faça o seu serviço, Deputado Nogueira Lima". Sempre defenderei a situação da IM e essa portaria, criou dentro da corporação um fato que nunca havia acontecido. O Comandante está numa situação complicadíssima até com os seus chefes imediatos. Essa portaria não passou nem pelo Governador Binho Marques, que deveria ter dito aos seus Secretários que orientassem o Comandante a elaborar esse documento sem ferir a hierarquia e a disciplina da corporação. Todo um Comando que está passando por sérias complicações e o Governo, infelizmente, vai perder com isso, que é bom para nós da Oposição. Peço ao Deputado Moisés, que ajude o seu Governo a tirar o cargo de comandante daquele Senhor, é um favor que fará a ele. Ele já está na reserva, não tem mais compromisso com a tropa e já não vai mais para a rua como ia antigamente. Como V. Exª. sabe que ele se colocou à frente de um revólver?

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Eu teria vários pontos de vista e uma contra argumentação, mas já fiz isso no Pequeno Expediente. Para que se garanta a democracia, concedo aparte ao nobre colega Taumaturgo.

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT – EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, em primeiro lugar eu quero me associar a V. Exª. com relação ao caso da IM. E pelo que estamos vendo querem intervir até nos cargos do Governo. Fui citado, anteriormente, pelo Deputado Luiz Calixto e o mesmo foi muito infeliz quando desconsiderou minha colocação em relação a implantação da distribuidora Equador no Estado do Acre. V. Exª. está muito mal informado quando falou que a empresa Equador estava no Acre há vários anos. O Senhor está confundindo a distribuidora com um posto de gasolina. (Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu deixei para me pronunciar acerca da minha filiação ao Partido Social Liberal nesses tão preciosos dois minutos e meio, apenas para ressaltar o simbolismo que tem este tempo. Durante oito meses eu conti a minha vontade de falar, exatamente porque me fazia falta dois minutos e meio para, muitas vezes, aqui, colocar uma opinião, contradizer uma informação. Mas quero informar, como já informei à Mesa Diretora, que a partir deste mês sou filiado ao Partido Social/Liberal PSL, número 17, Partido que integrará o bloco de Oposição e com certeza, na medida do possível, farei bom uso desse tempo.

Passei longos oito meses sem filiação partidária. Agradeço os diversos convites que recebi dos partidos de Oposição para a filiação, mas creio que eu tenha tomado a melhor decisão, trazendo mais um partido para compor a Oposição no nosso Estado. Queria ter o prazer de poder conceder um aparte a alguém nesse Grande Expediente, Deputado Nogueira Lima.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM – EM APARTE) – Deputado Calixto, quero somente parabenizá-lo e renovar aqui os meus sentimentos. Realmente, são mais dois minutos e meio que a Oposição ganha, enquanto isso, a Frente Popular está enfraquecendo, perdendo sete minutos e meio. Parabéns ao partido de V. Exª. Estaremos juntos nessa batalha da Oposição e eu tenho certeza de que com esse tempo acrescido, eu e a Deputada Idalina faremos a diferença e com a força que V. Exª nos dará, será muito melhor. Obrigado, Deputado Luiz Calixto.

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo – EM APARTE) – Quero apenas parabenizar V. Exª e dizer que mais um partido na Casa não enfraquece a Frente Popular, mas é o fortalecimento da Democracia. V. Exª

tem sido um excelente Parlamentar, parabéns e seja bem-vindo ao seu novo partido.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL) – Senhor Presidente, para concluir, a Mesa Diretora já tomou ciência de que a partir de amanhã terei também direito ao tempo e a representação política, pois chega de solteirice política. Oito meses foram suficientes para pensar e refletir e, daqui para frente, tentarei política e tentar cumprir uma das tarefas mais difíceis da atividade, que é construir um partido. Os grandes partidos têm essa dificuldade; os partidos já consolidados também e aqueles que estão ainda em fase embrionária, têm muito mais dificuldade, mas os Deputados, a Imprensa e o eleitorado acriano me conhecem e sabem exatamente a minha forma de proceder. Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Convocamos os membros das Comissões de Constituições e Justiça, de Orçamento e Finanças e de Serviço Público, para, na sala das reuniões, apreciarem o Projeto de Lei que trata da remuneração dos Defensores Públicos. Está suspensa a presente Sessão. (PAUSA)
Estão reabertos os trabalhos.

ORDEM DO DIA
(Não houve Matéria a ser apreciada).
EXPLICAÇÃO PESSOAL
O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Ordinária e convocamos uma Extraordinária para às 13h5minutos.

18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
Realizada em 19 de maio de 2009 Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Rorão, do PMDB; Delorgem Campos, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

AUSENTES: Deputados Francisco Viga, do PT; Helder Raiva, do BPR e Walter Prado, do PSB.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 3/2009, de autoria do Poder Executivo, que "Altera o Anexo I da Lei Complementar n. 184, de 30 de Junho de 2008".
Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 20 votos.
O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM – Justificativa de voto) – Senhor Presidente, com esse apoio que a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado estão dando à Defensoria Pública, igualando os seus salários aos dos Promotores, esperamos que eles não venham daqui dois, três meses, alegar que não estão atendendo a população a contento por falta de estrutura, porque isso é inconcebível. Os Defensores vão ganhar melhor, então têm que se dedicar exclusivamente à causa da Defensoria Pública do nosso Estado, às pessoas humildes. Ia votar contra a Matéria a pedido de uma pessoa lá de dentro da Defensoria, mas votei a favor e só espero, agora, que a Defensoria cumpra com seu digníssimo papel. Obrigado, Senhor Presidente.
O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.
19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
Realizada em 19 de maio de 2009 Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA
PRESENTES: Deputados Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e

Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB;Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Galixto, do PSL.

AUSENTES: Deputados Francisco Viga, do PT; Helder Paiva, do BPR e Walter Prado, do PSB.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 3/2009, de autoria do Deputado Chagas Romão, que "Institui o Dia Estadual da Ordem do DeMolay".
 Em discussão, não houve oradores.
 Em votação, foi aprovado por 20 votos.
 O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.
 Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 19 de maio de 2009
 Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
 Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB;Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Galixto, do PSL.

AUSENTES: Deputados Francisco Viga, do PT; Helder Paiva, do BPR e Walter Prado, do PSB.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 3/2009, de autoria do Poder Executivo, que "Altera o Anexo I da Lei Complementar n. 184, de 30 de Junho de 2008".
 Em discussão, não houve oradores.
 Em votação, foi aprovado por 20 votos.
 O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá a Sanção Governamental.
 O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 3/2009, de autoria do Deputado Chagas Romão, que "Institui o Dia Estadual da Ordem do DeMolay".
 Em discussão, não houve oradores.
 Em votação, foi aprovado por 20 votos.
 O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá a Sanção Governamental.
 Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

4ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
 DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 20 de maio de 2009
 Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
 Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB;Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Galixto, do PSL.

AUSENTES: Deputados Francisco Viga e Merla Albuquerque, do PT; Helder Paiva, do BPR; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Senhoras e Senhores Deputados, dia 18 de maio é o Dia Nacional de combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e esta Casa foi procurada pela coordenadoria estadual, para tratamos desse tema.
 Convidamos as lideranças partidárias a acompanharem os nossos convidados ao plenário. (PAUSA)
 Reaberta a presente Sessão, convidamos o Senhor Pedro Montenegro, Secretário Especial de Combate a Tortura e a Pressão, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República; o Doutor Henrique Corinto, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos; a companheira Josenira Oliveira da Silva, Coordenadora do Comitê Estadual

de Enfrentamento a Violência Sexual; a querida amiga Doutora Kátia Rejane, Promotora da Infância e da Adolescência do Ministério Público Estadual, para comporem a Mesa.

Senhoras Deputadas e Deputados, demais convidados, militantes do movimento social, este momento que estamos patrocinando aqui, tem uma importância diferencial para a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, porque coincide também com o momento político em que esta Casa instalou, semana passada, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que trata da violência sexual contra menores e adblesoentes. Portanto, quando o comitê procurou a Assembléia, antes já havia remetido um documento cancelando o seu apoio à iniciativa política da Casa, fizemos questão de promover esse encontro, para debatermos um tema de suma importância para o Brasil.
 Com a palavra o Dr. Pedro Montenegro, um amigo do Acre.

Dr. PEDRO MONTENEGRO (Coordenador Nacional de Prevenção à Tortura da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República) – Bom dia a todos, especialmente ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, Deputado Edvaldo Magalhães, pela gentileza. Eu me orgulho muito de ser chamado amigo do Acre, porque atualmente este Estado tem demonstrado para todos os brasileiros a capacidade de se recuperar de momentos difíceis. Nós que somos militantes de direitos humanos acompanhamos com ansiedade e preocupação momentos dramáticos da história política do Acre que inclusive, exigiram a presença federal em determinadas questões que são do conhecimento de todos.

É uma feliz coincidência porque eu estou aqui neste Estado, a convite do nosso companheiro Secretário de Justiça de Direitos Humanos, Henrique Corinto, para ministrar uma oficina de Prevenção à Tortura. Todos os militantes da região Norte estão sendo capacitados. São 39 militantes de entidades de Direitos Humanos e da Pastoral Carcerária. Os mesmos estarão aptos a fiscalizar e realizar visitas em locais de privação e liberdade. E sabendo dessa Sessão nesta Assembleia e da importância desse tema que é de responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, aceitei, com muito prazer, o convite para estar aqui nesta solenidade que marca o Dia Nacional de Luta contra a Exploração Sexual.

Aparentemente não há relação entre esses temas: exploração sexual, mas é triste estamos aqui em pleno século XXI, tratando deles visto que a humanidade que foi capaz de tantos avanços na área de tecnologia, da comunicação e da medicina não conseguiu ainda suplantá-los. O tema da tortura remonta raízes, no caso do nosso País, na tradição escravagista que torturou os escravos, os negros e os índios, e que continua torturando ao longo da História através das Ditaduras de Vargas e Militar. E o tema da exploração sexual o Brasil não suplantou, mas não há diferença de outros tempos para hoje. Como disse o Presidente Lula, a única diferença que deixou de ser colocado debaixo do tapete.

O Presidente Lula pediu auxílio às Nações Unidas ao combate da exploração sexual e disse que todos os relatores da ONG e todas as matérias teriam livre acesso ao nosso território Nacional, e desde já estaria convidada a visitar o País, porque é do interesse da União Federal que esses temas saiam debaixo do tapete. E foi nessa intenção também que o Brasil realizou o Congresso Mundial de Combate a Exploração Sexual no Rio de Janeiro.

Muitos poderiam pensar, Deputado Edvaldo Magalhães e demais Deputados aqui presentes, que esse é um tema ingrato que chamará a atenção da opinião pública mundial para um problema brasileiro. A lógica da real política difere daquela que não há menor sentido, já que a política deve ser um veículo próprio para a realização humana, dos valores mais nobres da dignidade humana. O tema chamará a atenção do mundo, pois no Brasil as crianças e adolescentes são ainda tratados como escravos sexuais, de maneira humilhante e degradante.

A primeira possibilidade de você começar a resolver um problema é dar transparência ao mesmo. O doente não será curado se ele não reconhecer que está doente. Essa iniciativa da Assembleia Legislativa de realizar essa Sessão, essa campanha no Dia Nacional de Luta Contra a Exploração Sexual segue essa lógica de dar visibilidade a esse tema. E como me relatava o companheiro Henrique, este Poder acabou de aprovar uma CPI que trata dele. Essa discussão é muito importante, porque os crimes de exploração sexual e tortura, além de serem herança de um passado que ainda continua presente, se observamos e entendemos a criminologia ambiental, ambos são crimes de oportunidade. Assim também como a corrupção é um crime de oportunidade.

Sendo assim, a CPI pode ajudar e a Assembleia Legislativa tem esse papel de aperfeiçoar os mecanismos, pois sabemos que para se combater esses crimes de oportunidade, que são: a exploração sexual, a tortura e a corrupção, é preciso adotar todas as medidas, do ponto de vista das iniciativas legislativas e das políticas públicas.

Esse criminoso precisa ter certeza de que se ele praticar a exploração sexual, a tortura, será descoberto. Pois não há crime perfeito. Todos esses criminosos que atentam de maneira tão vil contra a dignidade dos seres humanos, ainda mais quando são pessoas que estão fragilizadas tentando dominar-lhes o corpo, lugar onde se guarda a mais íntima função da essência da dignidade humana, devem ter a certeza de que serão punidos.

Então é preciso adotar medidas que poderão ser discutidas na CPI e aperfeiçoar os mecanismos de denúncia como o Disque 100, assim como treinar os profissionais do Estado do Acre para receberem essas denúncias.

Repito, esse criminoso precisa ter certeza de que ao ser descoberto o crime, será punido. A impunidade traz marcas trágicas na nossa história e sérias consequências até hoje. A impunidade dos crimes da Ditadura Militar, da pós-ditadura dá aos criminosos a certeza de que eles não serão punidos.

Portanto, é importante que sejam tomadas as medidas de enfrentamento da exploração sexual e do combate à tortura e a adoção das medidas definitivas. Esta é a responsabilidade do Estado, do Poder Executivo

Federal e Estadual investigar rigorosamente toda vez que ocorrer uma violação de direitos humanos, bem como punir os responsáveis.

É dever do Estado, adotar medidas como: Acolher a vítima e protegê-la da exploração. E aí usaria dizer, que mais importante do que a punição dos culpados é criar mecanismos de prevenção a esse crime bárbaro.

A exploração sexual e a tortura deixam sequelas e traumas transgeracionais. Significa dizer que passa da adolescência, época do trauma, para as gerações futuras. Cria uma négoa que perpassa gerações, perpassa o ciclo familiar e contamina a sociedade tal como um câncer em estado terminal.

Então, eu não poderia deixar de estar presente aqui nesta Casa tão bonita, inclusive, já estive em várias Assembleias Legislativas do Brasil, mas nunca numa tão bonita, decorada de maneira tão própria como está. Quero parabenizar todos os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Acre e dizer que a Secretaria Especial de Direitos Humanos vai aprimorar essa parceria que temos mantido com este Estado, especialmente com a Secretaria de Justiça e Direitos. É nosso interesse que todos os Estados sigam o exemplo. A dignidade humana é o principal princípio, como dizia a colega Promotora, é aquilo que vem antes de tudo. O Estado em toda a sua arquitetura se fundamenta nesse preceito da dignidade humana e não há nada que viole mais a dignidade humana, que deve merecer a repulsa, a desnaturalização, a não fime do Estado, do que a exploração sexual e a Pedofilia, para mim são duas formas de relacionamento desumano, as mais terríveis, pelas razões que eu já expus aqui.

Muito obrigado pela paciência em me ouvir, um abraço a todos e ficar a certeza que a Secretaria de Direitos Humanos continuará estendendo seus braços para juntamente com a Assembleia Legislativa, a sociedade civil que nunca faltou, possamos quem sabe um dia, muito em breve, anunciar que o Brasil é um território livre da exploração sexual. O Brasil é um País de livre cultura. Lembro-me do saudoso Senador Teotônio Vilela, da minha terra, das Alagoas, que dizia na sua profética peregrinação pelos Cãoeres Privados. “Não há nenhuma realidade que não tenha sido sonhada antes”. Então sonhamos com a realidade de um Acre, de um Brasil sem tortura e sem exploração sexual.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra a Senhor Josenira Oliveira da Silva.

Senhora JOSENIRA OLIVEIRA DA SILVA (Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, quero cumprimentar a Mesa em nome do Dr. Pedro Montenegro, o qual falou da violência sexual, um tema polêmico, chego a considerar crime de tortura. É um prazer está nesta Casa, muito embora, o motivo nos cause tristeza, pois esse tema viola os direitos de pessoas que ainda estão em fase de desenvolvimento psicossocial, que são indefesas e que precisam muito do nosso cuidado e da nossa proteção. Falo das nossas crianças e adolescentes.

Represento o Comitê Estadual e aqui quero agradecer a presença de todos os membros dessa instituição, nossos parceiros. Venho com muita esperança a esta Casa conclamar o envolvimento de todos nesta luta, principalmente dos Senhores Deputados que foram eleitos pela sociedade, a qual clama por justiça e proteção.

A violência sexual contra a criança e o adolescente é um crime que abala todas as estruturas da sociedade; é um crime que acreditamos, muitas vezes, não fazer parte da nossa vida, que está distante de nós. Todavia a qualquer momento, ele pode bater na nossa porta. Então precisamos ter um olhar clínico para visualizarmos esses crimes.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual é estruturado em seis eixos: análise da situação, articulação e mobilização, responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo juvenil. Todos esses eixos precisam ser revistos com muito cuidado, para que nós possamos, de forma integrada, enfrentar essa violência. Utilizo o tempo enfrentar ao invés de combater, porque ele nos remete a uma ação com reflexão.

Enfrentar significa: primeiro, internalizar em nós essa luta, desnaturalizar a violência sexual, que hoje, diante de todo o processo de globalização e de banalização, tem tomado na mídia e nas nossas vidas largas proporções. Não sabemos mais até que ponto é considerado violência ou até que ponto é visto como natural.

O Comitê Estadual quer articular com todas as instituições Governamentais e não-Governamentais que tratam diretamente ou indiretamente com essa temática, no intuito de, junto ao Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente, estamos revendo o nosso Plano Estadual. Saibam Senhores, que nós temos um Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual e que esse plano precisa ser revisto. Esse é o momento.

Esperamos que essa CPI não venha mostrar apenas quem são os autores desse tipo de violência, mas que apresente estratégias de enfrentamento a essas violências.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra a Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social, Estefânia Pontes.

Senhora ESTEFÂNIA PONTES (Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social) – Bom dia a todos, quero parabenizar a Mesa Diretora e agradecer o convite para participar deste evento; cumprimento o nosso Presidente Edvaldo Magalhães, os nossos convidados; o Doutor Montenegro; Promotora Kátia; a nossa Coordenadora Estadual, Josenira; o nosso Secretário Estadual, Henrique Obrinto; demais Deputados e Deputadas

Estaduais; membros da Equipe da Semeas, que estão no Salão do Povo participando também desta Sessão Solene, hoje essa questão do abuso sexual mobiliza toda uma sociedade, há bem pouco tempo isso era algo que ficava no âmbito das famílias. A sociedade como um todo não falava desse assunto, muitas famílias faziam questão de não comentar e não falar porque era algo vergonhoso. E ainda é até hoje.

Felizmente, nós conseguimos aqui, no nosso município, avançar nesse processo e trazer esse assunto à tona, para que a sociedade possa colaborar para a compreensão e conhecimento dessa problemática e também participar do seu combate. Abuso sexual era algo visto como cultural, principalmente para as famílias que moravam nos seringais. Tem todo um processo de formação da nossa história. Quando começou a ocupação do nosso território, isso era encarado como se fosse algo do indivíduo e não da sociedade. Hoje, a questão do abuso é um problema social.

A exploração sexual de crianças e adolescentes tem conceitos diferenciados. A criança, o adolescente são levados a essa situação por uma troca, não é uma decisão pessoal, consciente, racional de comercializar seu corpo, ela é levada por uma circunstância que faz com que ela se deixe levar e normalmente o agressor tem consciência disso e faz essa manobra. Nós da Prefeitura de Rio Branco, entendemos que essa é uma situação grave e é um tema que perpassa por todos os órgãos públicos, privados, pela sociedade, pela família.

Até bem pouco tempo existiam estudos que apontavam que essa situação do abuso e da exploração era típica da população de maior vulnerabilidade social, mas hoje nós vemos que já não é assim. Essa violência é crescente, independente de classe social. E por isso cada vez mais os órgãos que atuam na área da proteção, da defesa, na garantia dos direitos, têm buscado se fortalecer e crescer.

Em Rio Branco nós creditamos o fortalecimento desse trabalho a partir do momento que foi instalada a Comissão do PAIR, em 2004, e nós temos aqui vários órgãos que fazem parte dessa Comissão, que veio, de alguma forma, sacudir as instituições e trazer à tona essa discussão com relação a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2005, quando o Raimundo Angelim assumiu a Prefeitura, nós da Secretaria Municipal de Assistência Social, passamos a compor essa Comissão e a partir daí todo um conjunto de órgãos governamentais e não-governamentais passaram a elaborar o seu plano operacional local, que tem a ver com os planos de enfrentamento estadual e nacional. Essa Comissão foi e é extremamente importante porque ela reúne todos os Poderes, todas as instituições que podem, de alguma forma, trabalhar na área de prevenção, ou na área de defesa, do atendimento ou na área de responsabilização.

Conseguimos avançar muito, graças a esse movimento criado em nosso município que foi estimulado, protagonizado pelo Governo Federal em seis capitais brasileiras, inclusive, Rio Branco foi uma delas.

A partir da Comissão do PAIR nós, enquanto gestores, pudemos também estar reavaliando os serviços que eram ofertados na área do atendimento. Em 2005/2006, implantamos o programa Sentinela, destinado a atender crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. No período de 2004/2005, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social e a partir de 2005 todos os programas na área de assistência social eram ofertados através do Governo Federal. Em Rio Branco foi implantado o CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Então, não deixamos de atender às crianças vítimas de abuso e exploração. O CREAS veio para atender outras violações que o Sentinela não atendia, como maus tratos, abandono e apoio a família.

Nós temos tido muito trabalho, mas eu quero ressaltar que esse trabalho não é único, ele não é individual. O CREAS não funciona sozinho e por isso falamos da importância do trabalho em rede, da importância do funcionamento da Comissão do PAIR, da importância do funcionamento e da instalação do Comitê Estadual de Enfrentamento, porque se um dos órgãos que compõe essa rede está em dificuldade ou está falhando, consequentemente todo processo de atendimento vai ter falhas. Então, o CREAS trabalha diretamente com o Conselho Tutelar, com o Juizado da Infância, com a Delegacia, com a Unidade de Saúde. Todos os órgãos precisam crescer ao mesmo tempo, para que o nosso município possa dar vazão a todas as demandas e fazer esse atendimento com qualidade.

Além da criação do Comitê que a Jô já falou aqui, percebemos que os municípios, justamente por falta dessa rede, por falta dos Juizados para a criança e o adolescente, por falta de Delegacias, passam por grandes dificuldades.

O Comitê é composto por mais de vinte organizações governamentais e não-governamentais e eles vão propor estratégias para fazer o atendimento, para dar vazão às demandas e para dar respostas a essa problemática.

Existe também o “Escola que Protege”, que é uma iniciativa da Universidade e foi implantado no Município de Rio Branco. Oito escolas adotaram essa metodologia que sensibiliza não só os alunos, mas também os pais e todo o corpo da escola. No Acre nós tivemos dois avanços com base numa proposição da Vereadora Arianne Cadaxo, quando da Semana Municipal de Combate e Enfrentamento a Violência Sexual: ficou estabelecido que no nosso Estado nós teremos um mês inteiro de agendas, não só em Rio Branco, mas nos municípios para que possamos, de fato, suscitar esse debate junto à sociedade.

Para finalizar, nós temos ainda muitos desafios a enfrentar. Como o que fazer com o agressor? O que fazer com essa pessoa que violou direitos? Porque hoje nós temos programas fortes trabalhando no atendimento à vítima. Mas e o agressor? Além da responsabilização, que é o trabalho que pode ser feito para que no futuro, esse indivíduo deixe de cometer violência.

Então, neste ano, nós apresentamos o projeto Pronaci, que é um programa do Ministério da Justiça, para que possamos no decorrer de 2009 e

2010 implantar um trabalho piloto, uma experiência nova. Nós vamos necessitar muito da colaboração do próprio Comitê para nos ajudar na execução desse projeto, porque nós entendemos que nós precisamos também trabalhar com o agressor. E, além disso, existem outras possibilidades também de fortalecimento do Juizado, como designar atribuições para o juiz tratar especificamente da questão do abuso e da exploração. Isso vai colaborar bastante para que possamos avançar cada vez mais nesse processo. Já há sinais do próprio Governo do Estado a respeito da instalação de uma Delegacia Especializada.

Gostaria de dizer que a Prefeitura de Rio Branco não está fazendo apenas o atendimento a quem já teve seus direitos violados, nós implantamos um grande programa que se chama o Clube do Talento e é vinculado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, participam de oficinas de violão, xadrez, desenho e pintura em tela, incentivo à leitura e à escrita. Com isso faremos com que crianças e adolescentes deixem de estar no trabalho infantil e consequentemente correndo riscos também na questão do abuso e da exploração.

Agradeço o convite do Deputado Edvaldo e peço desculpas por ter me estendido. Parabenszo esta iniciativa da Assembleia Legislativa, por ter oportunizado esse debate.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) - Com a palavra o Senhor Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Dr. Henrique Corinto.

Senhor HENRIQUE CORINTO (Secretário de Justiça e Direitos Humanos) - Bom dia Deputado Edvaldo Magalhães, faço questão de cumprimentar o meu camarada e Presidente desta Casa. Senhoras Deputadas, Senhores Deputados é com grande alegria que nos encontramos aqui hoje, não em razão dos fatos que estamos relatando, mas no sentido de termos a coragem de enfrentar essa problemática no nosso Estado.

O Dr. Pedro Montenegro, nosso companheiro e amigo, também da Secretaria Especial de Direitos Humanos que representa o Ministro Paulo Vanuk, tem colaborado com as ações dentro do Estado do Acre. A Dr^a. Kátia que tem sido uma lutadora na defesa dos direitos da criança e do adolescente está representando aqui o Ministério Público, junto com o Dr. Maia; são ícones nessa luta. E a Jô, que e encontra representando a Secretaria Especial de Desenvolvimento e Segurança Social, preside, nesse momento, o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual a Criança e ao Adolescente.

Quero me congratular com todas as outras entidades da Sociedade Civil, que estão presentes e também com o Dr. Camolez que é Juiz membro do Poder Judiciário, que tem auxiliado bastante as ações relacionadas à causa da criança e do adolescente. De certa forma o Poder Judiciário é um órgão importante no enfrentamento dessa causa, através das ações tanto do seu Presidente quanto dos Juízes que estão ligados a questão.

Estamos vivendo um momento ímpar, conseguimos mobilizar a sociedade do nosso Estado através do Poder Legislativo e Executivo Municipal e Estadual, os membros da sociedade civil, que certamente dão apoio incondicional aos membros do Poder Judiciário. A nossa sociedade tem se levantado e reconhecido que temos problemas, e que será necessário enfrentá-los.

Esta Casa instaurou uma CPI para tratar do caso de pedofilia no nosso Estado. A posição do Governo e da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos é juntar esforços e se colocar totalmente à disposição tanto da Presidência da Assembléia, quanto dos Deputados, principalmente do Presidência da CPI, Deputado José Luis. Os dados que temos recebido da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, da Secretaria de Desenvolvimento para Segurança Social, das Delegacias de Polícia, da Polícia Militar, do Ministério Público estarão à disposição dos Senhores Parlamentares para que em conjunto possamos enfrentar o problema e buscamos soluções, e assim apontar para o fortalecimento das instituições as ações que já existem. Temos materiais de trabalho anteriormente desenvolvidos, que podem ser aprimorados em conjunto com o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.

Quero abrir um parêntese para saudar o trabalho importantíssimo que vem sendo realizado pelos Conselhos Tutelares do nosso Estado, acredito que é nessa direção que temos que juntar os nossos esforços.

Embora eu não tenha trazido dados técnicos, temos um cronograma das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado, que está disponível, tanto na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, quanto nas demais Secretarias envolvidas com o tema. Esses dados encontram-se plenamente à disposição dos Senhores Deputados e da CPI para que juntos, possamos fortalecer as instituições que já trabalham e desenvolvem projetos de relevância para a nossa sociedade e para a proteção das nossas crianças e adolescentes.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) - Com a palavra O Dr. Francisco Maia.

Dr. FRANCISCO MAIA (Promotor do Juizado da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual) - Senhor Deputado, Senhores Deputados, bom dia a todos que compõem a Mesa; é uma grande satisfação e um prazer poder contar com a presença do Pedro Montenegro, para partilhar as nossas experiências com os Parlamentares, representantes da sociedade civil, Conselheiros Tutelares e membros da Universidade Federal do Acre, como a Professora Inês. É bom termos um dos últimos oradores, pois praticamente, já escutamos tudo que precisava ser dito acerca do tema.

Mas devemos estar sempre repetindo e reiterando qual é a grande luta que temos, hoje, no Brasil e em particular aqui no Acre no que tange a proteção, a implementação dos direitos da natureza humana relativos à criança e aos adolescentes.

Essa luta é antiga, advém bem antes do ECA, quando várias pessoas e instituições se reuniram e sentiram a necessidade de termos uma nova mentalidade no que tange ao tratamento da criança e do adolescente, os quais não tinham direitos básicos. E isso, realmente, se efetivou e nós temos os registros dos próprios movimentos de meninas e meninos de rua, na década de 80, com não sei quantos milhões de assinaturas para que nós tivéssemos epigrafada dentro da nossa Constituição a doutrina da proteção integral, o princípio da prioridade absoluta. E desde 88 o Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina, regulamenta esse artigo.

A luta continua, ela ainda é grande. E no que diz respeito, particularmente, muitas deliberações foram feitas durante esse tempo.

Temos um plano nacional e em função disso foi implantado um plano estadual e outro municipal, este último ficou adormecido durante muito tempo e ainda, de certa forma, está adormecido, foi preciso que se fizesse um resgate e aí eu costumo dizer que Rio Branco foi escolhida dentro dessas seis cidades que foram citadas aqui pela Estefânia, para ter uma atenção especial do Brasil.

Do ponto de vista da escolha foi muito bom, porque pudemos ressuscitar toda essa metodologia que já tinha sido criada e que de repente tinha sido esquecida, como bem colocou a Estefânia. E de lá para cá teve-se, realmente, um crescimento, o qual está se espalhando pela Universidade Federal, através da professora Inês, para mais nove cidades aqui do interior e essa metodologia trás justamente aquilo que os planos nacional, estadual e municipal contém na sua essência, através dos seus eixos próprios.

Como integrante do PAIR, desde 2003, gostaria de dizer o quanto foi bom a implantação desse Programa para o Estado. Precisamos enfatizar esses fatos até porque é esta Casa, que por excelência faz toda a análise do orçamento do Estado. E não se consegue verdadeiramente fazer alguma coisa se não tivermos orçamento, dinheiro. O Estatuto vem regulamentar todos os direitos de proteção que são pertinentes à criança e ao adolescentes. Ele é muito claro nessa questão, tanto que diz: "Prioridade absoluta, implementação da doutrina da proteção integral". Prioridade absoluta não se faz somente com a boa vontade das instituições. Diz o artigo 4º: "É necessário que se destine, de forma privilegiada, recursos para a proteção da criança e do adolescente".

E no que diz respeito ao enfrentamento da violência sexual, seja através de todas as suas espécies, mas em particular do abuso e da exploração. O abuso traz uma repugnância muito grande logo de imediato, pois configura um ato de violência contra uma criança e presenciamos isso constantemente nos Juizados da Infância e da Juventude. A exploração, embora traga tudo de ruim, para nós, ela permeia sem que haja uma responsabilização maior.

O Poder Legislativo em função da questão do orçamento é uma peça importante no enfrentamento dessas questões. Nós precisamos, verdadeiramente, está apresentando soluções para a problemática da exploração sexual. A metodologia prevê esse entrelaçamento da sociedade civil com o poder público.

Gostaria de dizer três coisas em relação ao plano operacional local: Todos os eixos são importantes, mas havia um destaque especial para a responsabilização do atendimento e prevenção. E na questão do atendimento e responsabilização, dizíamos que era necessário termos os equipamentos próprios para que nós possamos dar uma resposta, principalmente, na questão da exploração.

Em relação ao abuso, a palavra da vítima tem um valor muito grande, para que se possa pedir a prisão preventiva do infrator. O caso do Manoel era um misto de abuso com exploração. A exploração demanda inteligência, pois é muito difícil fazer um flagrante. E um dos itens do plano era que precisávamos ter uma delegacia e uma Vara especializada. Hoje, graças a Deus, em função até do reavivamento do Comitê, temos aí, eu não diria em via de consolidação, mas a criação de um embrião de uma delegacia e de uma Vara especializada. Eu tenho certeza que essa Casa pode fazer muito em relação a esses dois itens.

E o terceiro, diz respeito aos nossos sonhos, na verdade, as nossas realizações. Um dos nossos sonhos é termos um local específico para atendimento protetivo.

Em que pese, temos avançado um pouco na questão do atendimento, mas sabemos o tanto que ainda tem a se fazer. Porque as nossas crianças, principalmente, as que são abusadas sexualmente, sofrem danos seríssimos; um deles, chega a doer na alma e no coração, que é o pedido de exame ao IML.

Tínhamos que fazer uma investigação maior, para saber por que não temos um atendimento à altura da dignidade da pessoa humana, da criança, do adolescente? Acho que isso também deve tecer as investigações que vão surgir. Porque verdadeiramente nós só vamos ter uma efetiva resposta às necessidades, tanto de proteção, de atendimento, como de responsabilização, se fomos capazes, e nós somos, não só de descobrir, porque isso já está até muito batido, mas de falar e dar a efetiva solução. E isso também passa por uma peça chamada orçamento, com destinação privilegiada de recursos para implementação de políticos que garantam os direitos das nossas crianças e adolescentes.

Muitas coisas importantes foram faladas e eu acredito que ainda vão surgir muito mais. Eu me lembro das inúmeras reuniões que fizemos com o Tribunal de Justiça para a criação da IAR, foram inúmeros encontros com os Secretários. Hoje, temos um órgão bem melhor, graças a Deus, e eu espero que nesse particular concretizemos com qualidade. Não tem como dizermos que não houve, realmente, uma mudança, Doutor Pedro. De onze anos para cá, realmente, ocorreu uma mudança enorme no que diz respeito o Estado.

O Senhor falou do prédio da Assembleia, mas se V. Exa. tiver uma oportunidade de ir aqui à biblioteca, que foi inaugurada recentemente, verá que obra maravilhosa. Então, a coisa tem sido feita com qualidade. E por que não agimos assim também? Precisamos da essa qualidade também às nossas crianças e adolescentes, porque são o nosso futuro. O Pelé já dizia isso em 1969, e tantos outros também disseram; inclusive, o Pelé ofereceu o milésimo gol às criancinhas do Brasil e perguntaram para ele se esse ato não era demagogia e ele disse: como que estão as nossas crianças?

A Naluh dizia: Eu confio no ser humano. E nós também. Confiamos nas instituições, porque houve uma grande mudança. Diz a Constituição: "Crianças e adolescentes são pessoas em condições peculiares de desenvolvimento".

Parabenizo a iniciativa da Assembleia que a cada ano melhora mais. Confiamos nos nossos representantes e o que estamos dizendo aqui, realmente, aconteça. Que Deus nos abençoe.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Saudamos a presença de cada um de vocês e gostaríamos de dizer que só com a união de todos: Poder Público, Instituições e população é que teremos condições de mudar essa realidade. Por isso, aproveitamos para agradecer o empenho dos nossos Deputados de Oposição, por terem a grandeza de distinguir as disputas partidárias da luta pelo bem comum.

Sabemos que abusos sexuais existem em todos os lugares e em todas as classes sociais e que os negócios ligados à exploração sexual de crianças movimentam milhões de reais. Esse comportamento tem a ver com distorções de caráter e condições econômicas.

Nossas crianças não são mercadorias! Por isso é tão importante estamos unidos, porque a luta não é fácil. Em nome das crianças do Acre, das que já nasceram e das que ainda vão nascer, conclamamos todos a firmar um compromisso, hoje, de denunciar os casos de abuso sexual. Devemos também trabalhar com a prevenção, cuidando das nossas meninas, ensinando-as em casa e nas escolas a fugir dos abusadores. Precisamos agir em conjunto, mas também individualmente. Cada um fazendo sua parte.

Essa consciência levou-me a tomar uma atitude no sentido de enviarmos esforços, junto ao Ministério Público Federal, para que fizéssemos um convênio com o Google, para termos acesso aos sites suspeitos de pedofilia. Também faremos campanha contra o abuso sexual infantil em todo o Estado, promovendo reuniões e distribuindo cartilhas, iguais a essas que minha assessoria está distribuindo aqui.

Queremos agradecer a atriz acriana, Brenda Haddad, que nos ajudou nessa campanha pelo interior; participando das reuniões e autografando as cartilhas.

Companheiros, cada criança deste Estado é responsabilidade nossa! E nós não vamos fugir dessa responsabilidade. Temos crianças saudáveis, física e emocionalmente é o desejo de todos nós. Depende de nós transformar o desejo em realidade. Aproveitamos para colocar o mandato à disposição de vocês, para que juntos possamos, realmente, fazer do Acre o melhor lugar para se viver.

Gostaríamos também de cumprimentar a Deputada Federal Perpétua Almeida.

Com a palavra o Deputado Luiz Calixto.

Deputado LUIZ CALXITO (Líder do PSL) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de saudar inicialmente os convidados presentes: Sr. Pedro Montenegro, Coordenador Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretário de Estado de Justiça, Dr. Henrique Corinto; Josenira Oliveira, Coordenadora do Comitê Estadual; Dr. Francisco Maia Guedes, Promotor de Justiça; Adécio Castro, Presidente do Conselho Tutelar em Rio Branco; Raimundo Dias, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; José Cláudio, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Kátia Rejane, Promotora da Infância e da Juventude e Dr.ª Estefânia Pontes, Secretária Municipal de Assistência Social.

Os temas pedofilia, exploração sexual e prostituição são extremamente delicados como deu para notar aqui. Exceto o Promotor Francisco Maia Guedes, todos os outros oradores pisaram em ovos, encheram-se de dados em suas argumentações para não se aprofundar e descascar a ferida da sociedade ribranquense, acriana e brasileira. Esse tema é tão sensível que alguns preferem, desculpem-me a palavra, mas ela não é proibida, fazer uma masturbação sociológica e ideológica sobre ele. O Dr. Francisco Maia foi mais direto. Realmente, não bastam os seminários, as palestras, os simpósios, as frentes parlamentares. É preciso, sobretudo, que o Estado como monopolista dos recursos públicos, passe a investir muito mais as causas do que propriamente as consequências.

O crime de Pedofilia, talvez seja um dos mais hediondos que consta no Código Penal. Assisti, como todo o povo brasileiro teve a oportunidade de assistir, a um programa da Globo, o Globo Repórter, onde foi mostrado que a maioria desses crimes ocorrem dentro de casa e são praticados por tios, pais, padrastos, pessoas próximas, portanto, um crime extremamente difícil de combater. A exploração sexual nem tanto. De toda a fala do Promotor Francisco Maia, eu teria apenas um reparo a fazer: se é verdade, que nos últimos dez anos as condições sociais e econômicas do nosso Estado melhoraram, também é verdade que a miséria em nosso Estado se aprofundou.

Imaginem os Senhores e as Senhoras e aqui não quero me referir aos governos do ponto de vista partidário, se é possível o Estado não enxergar a prostituição que campeia as esquinas da nossa cidade? As belíssimas Vía Verde e Chico Mendes também são palcos da prostituição e da exploração sexual em Rio Branco. Essas práticas ocorrem a céu aberto. É uma chaga,

desculpem-me, mesmo com todo o empenho do Conselho Tutelar e nós temos que render as nossas homenagens ao Ministério Público, que diariamente instaura um procedimento para investigar a exploração sexual. Não tomamos conhecimento dos nomes porque essas investigações são feitas sob sigilo. Contudo, é preciso também que o Estado dê a sua parcela de contribuição, pois tenho absoluta certeza de que aquelas moças e rapazes não estão na Vía Chico Mendes ou em qualquer outro lugar, por absoluto prazer. Estão por necessidade, porque não existe em Rio Branco, no Acre ou no Brasil, oportunidade para os jovens.

Não quero discutir aqui questões do ponto de vista partidário, porque essa não é uma culpa exclusiva desse Governo, mas de todos. Nós só olhamos para os efeitos, para as consequências, as causas são esquecidas. Eu nunca tive a possibilidade de sair do país, muito embora já tenha tido a oportunidade, mas conheço apenas a Cobja, mas dizem que a prostituição no Estado do Acre, é uma prostituição de subsistência, se comparada a outros locais dos diversos países. As garotas se oferecem por um trocado qualquer, por necessidade de alimentos. Falam que em Cuba, o índice de prostituição é elevadíssimo, mas as prostitutas são médicas, enfermeiras, professoras, que dizer, são pessoas instruídas, portanto, existe informação. Aqui não, a prática é por absoluta necessidade de sobrevivência a aí cabe ao Estado, cumprir seu papel que não é apenas apurar e responsabilizar os culpados, mas sobretudo, o de tentar evitar novos casos. Nesse sentido, eu não enxergo sinceramente, políticas públicas voltadas para o problema. As nossas políticas são voltadas sempre para atender o efeito e não para tentar atingir a causa dos crimes que são hediondos.

A CPI, da qual faço parte como suplente, terá um papel preponderante, no sentido de dar mais evidência a causa, exatamente porque o que ocorre na Assembleia é mais divulgado, aqui não tem sigilo. Aqueles que ousarem fazer uma CPI querendo guardar sigilo sobre esta ou aquela investigação, estará atirando no escuro. Isso já está comprovado nos Paramentos. Portanto, se alguém quiser guardar algo sob sigilo não procure o Parlamento, porque a nossa ama aqui é exatamente a fala. Então, a situação com a qual nós vamos nos deparar é muito delicada, porque uma Comissão Parlamentar de Inquérito sempre vai magoar muitas pessoas, porque a CPI não faz investigações, não faz reuniões sob sigilo, como faz o Ministério Público, que instaura um procedimento, divulga as três primeiras letras do nome do acusado e da vítima e a sociedade não fica sabendo realmente quem são os algarzes. E aqui, aos olhos da Imprensa, pois temos ali dez jornalistas, é impossível praticar algo sob sigilo.

A minha pretensão e a contribuição que posso dar é que nós façamos uma investigação que tenha um bom começo, um excelente meio e um extraordinário fim. Porque criamos uma expectativa muito grande na população. Há uma certa ansiedade por parte do nosso povo em saber quem é o agressor e onde está. Porque, muitas vezes, há especulação, na base da chantagem. Por exemplo: um dia desses assisti um belíssimo especial produzido pela TV Gazeta sobre o tema e foi cometido apenas um erro gravíssimo porque divulgou nas entrelinhas que há juízes que freqüentam a Vía Verde, Deputados que freqüentam como clientes as esquinas e também Promotores envolvidos, mas não citam os nomes. Dessa forma, cria-se uma especulação maldosa, perversa, que a nossa população não está preparada para receber e entender. Portanto, nós não devemos criar falsas expectativas. Se for necessário, magoaremos e puniremos quem deve ser efetivamente magoado e punido.

Nós não podemos transformar essa CPI ou as investigações que o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Justiça e os órgãos da Prefeitura e Governo fazem em promoção pessoal, como fez o Senador Magno Malta, que às pressas, enenrou a CPI porque usou uma causa e em nome dela viajou à China e depois foi passear em Dubai à custa do Congresso Nacional. São atitudes como essa que nós aqui no Acre temos que evitar. Este é um tema sensível e todos que falaram aqui, às vezes procurando palavras para não machucar, frases para não ferir, entendem que é um tema extremamente sério e a nossa Assembleia terá uma responsabilidade muito grande nos próximos 120 dias, quando deverá apresentar um relatório e resultados que convençam a nossa população, apresentando dados e responsabilidades, ou seja, é necessário que essa CPI, esses trabalhos tenham começo, meio e fim.

Gostaria de agradecer ao Presidente pela benevolência do tempo.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra o Deputado Donald Fernandes.

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Dr. Montenegro, cumprimento toda Mesa, em especial a Dr.ª Kátia Rejane, que representa aqui a parte feminina do problema; em nome do meu grande amigo Maia, cumprimento a todos os presentes. O Maia fala com propriedade sobre esse problema. Hoje ele está um pouco órfão, porque a nossa querida Juíza Maria Tapajós foi embora antes do combinado.

Para aqueles que não sabem, como o Dr. Pedro Montenegro, trabalho com dependentes químicos. Tenho três clínicas: duas em Rio Branco; uma para mulheres, outra para homens e uma em Cruzeiro do Sul. Tratamos aqueles indivíduos aflitos, sofridos, com desesperança total pela vida. Esses indivíduos que antes, há vinte anos quando eu cheguei ao Acre, eram tidos como sem caráter, verdadeiramente lixoos sociais, hoje, muitos deles, são pessoas de boa família. Recuperaram as suas vidas, suas famílias, o seus trabalhos e vivem uma vida como nós, ou seja, dignamente. Mostramos que aquelas pessoas mereciam uma atenção, um tratamento e na hora que chegou essa ajuda, eles aproveitaram e se recuperaram. É verdade que muitos recaem por discriminação e por preconceito social.

Mas fui eu como padioleiro, juntamente com outras pessoas, na recuperação dessas vidas. Mostramos para esse Estado que é possível fazermos uma política de combate às drogas.

Na época o dependente químico era a pessoa mais execrada e hoje nós vemos que há respeito, porque é uma doença real e que tem que ser tratada em toda sua dimensão. O tratamento é importantíssimo e não deve ter cor política.

Eu vejo, por exemplo, que os nossos dependentes, aqueles mais graves, que têm dificuldades enormes de movimento, são discriminados e quando procuram uma ajuda do Estado, o mesmo não dispõe. O Hospital de Base, por exemplo, tem três leitos para desintoxicação de dependentes químicos para o Estado inteiro. É preciso ser sincero, é melhor não ter nada. Ou então fazer a coisa como deve ser. Três leitos para desintoxicação no Hospital de Base, acho um absurdo.

Depois do tratamento é necessário fazer a parte preventiva. É preciso ir para a sociedade e dizer que aquilo é uma doença, que não discrimine, que abraçe as pessoas, que dê uma oportunidade de emprego, porque depois de recuperadas, são iguais a nós. E aqueles que ainda não tiveram uma oportunidade de se tratar, porque ainda estão na fase recreativa, também merecem uma chance. E é nas escolas que nós temos que ir. Nós temos que pegar aquelas criancinhas de 3 a 8 anos, na primeira infância e fazer um trabalho de prevenção primária, para que amanhã, não tenhamos tantos dependentes químicos.

Eu faço uma crítica ao Município, pois apresentei um projeto para tratar de crianças de 3 a 8 anos de idade, naquela época eram 52 escolas municipais e, com a anuência do Prefeito, o mesmo foi derrubado pelos vereadores. Tinha Vereador professor, Secretário de Saúde, enfim o que querem? Querem fazer discursos e depois não fazer as coisas devidamente.

Eu não estou querendo dizer que a culpa é somente desse Prefeito, são todos que passaram. Porém, os gestores precisam ter a consciência que o problema é sério, há necessidade de enfrentá-lo realmente, sem meias medidas, fazendo a coisa como tem que ser. Por isso tem que ser criada uma rede que abrace tanto o município quanto o Estado.

O problema da dependência química passa pelas seguidas fases: fase primária e secundária, que é quando os nossos jovens estão relativamente desorientados e a fase terciária, quando já são dependentes químicos.

Alguém tem que capitanear esse barco e dizer que a política do Estado é esta. Agora, não temos uma política de enfrentamento e combate às drogas. Nós temos realmente que ver isso com muito carinho, porém sem dinheiro não se faz nada. O que estamos vendo aí são pessoas, isoladamente, tratarem os dependentes químicos. Tenho tratado meus pacientes com muitas dificuldades, pois não cobro a ninguém. Vou ao Prefeito e digo: pague essa conta de luz, pelo amor de Deus, senão vão cortar a energia da Apadeq, mas o Prefeito nem me atende.

O que é que nós estamos fazendo? Fomos intimidados a vir aqui fazer discursos bonitos, agradáveis ou nós vamos fazer a coisa para valer? A Arco-Íris e a Peniel também estão com dificuldades. Aliás são todas as instituições que trabalham nessa área e eles estão cobrando alguma coisa, porque não conseguem sanar as dívidas. Eu não cobro. Vou fechar a Apadeq sem cobrar, pois sei que dependente não pode pagar um centavo.

Oitenta e cinco por cento dos nossos presos, hoje, têm entre 18 e 24 anos, sinal de que as nossas políticas não estão boas. Sendo que 50% deles são dependentes de drogas.

As drogas aparecem como um fator preponderante nos índices de violência. Então, é preciso, realmente, que nós tenhamos uma postura muito séria a partir de agora. Hoje, estamos comprometidos muito mais do que antes.

Quanto ao problema da pedofilia, eu tenho que estudar muito com o Dr. Maia e a Dr.^a Kátia. Esse é um crime onde a pessoa fica oculta. É hediondo, sem dúvida nenhuma, mas será que esses criminosos têm que ser execrados da cidade, mortos pela sociedade? Será que o pedófilo não tem um perfil clínico? Será que eles também não têm uma doença semelhante a do dependente químico, que há vinte anos eram tidos como sem caráter e hoje são considerados doentes? Será que o pedófilo também não é um deles. A Organização Mundial de Saúde catalogou como 65% como doença de pedofilia. Então, é uma doença real.

Pego todos os dependentes e faço um biótipo completo deles e encaminho para tratamento. Os dependentes que cometem crimes têm que ser presos e punidos porque tiveram a liberdade do uso; é claro que o pedófilo também tem que ser preso, porque ele teve liberdade do uso no início. Aqueles que foram pegos em ato pedofilia têm que ser presos e severamente punidos, mas não é só isso, é preciso divulgar, mostrar para as pessoas que esse crime não é aceito pela sociedade e que não cabe apenas discurrir em grandes reuniões.

Existem muitos pedófilos que nunca tiveram oportunidade de praticar a exercer a pedofilia, mas tem esse perfil. É preciso dizer para as pessoas que a pedofilia muitas vezes está dentro da casa. Então, temos que saber como identificar o pedófilo a criança que está sendo abusada; o pai pedófilo. Nós temos que levar a prevenção para as casas das pessoas humildes. Os pedófilos ricos estão acuadaos, mas aqueles humildes estão soltos aí nas pequenas casas.

Nós precisamos levar através da Imprensa todo esse aparato de prevenção, para que os cidadãos de bem possam identificar e tratar essas pessoas. Precisamos fazer com que os pedófilos também sejam considerados um doente e que tenham o tratamento devido.

Evidentemente, quero que a CPI seja muito positiva. É preciso mostrar para as pessoas que a prática desse ato é criminoso. De forma que eu estou muito feliz, apesar de que ainda não ver, por parte dos Poderes Públicos, uma organização em rede para enfrentar esses problemas. Estamos começando a ter um maior interesse e a sociedade quando prioriza, termina absorvendo o problema e resolvendo. Eu espero que assim seja.

Eu espero que Deus nos ajude. Eu espero que essa CPI possa, realmente, dar um bom resultado, e levar para as pessoas não o nome apenas dos criminosos e a sua devida punição, mas também uma parte pedagógica, ensinando-as a identificar e a conviver com as pessoas que têm esse mal. Muito Obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra o Deputado Nogueira Lima.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros no Salão do Povo, companheiros da Imprensa, Dr. Pedro Montenegro, que está visitando o nosso Estado, é um prazer recebê-lo, sinta-se à vontade na nossa cidade. Em nome dessa batalhadora, Promotora Kátia, eu cumprimento a Mesa e em nome do Dr. Francisco Maia, um grande companheiro da igreja e um batalhador, incentivador, um homem que não se cansa de trabalhar para melhorar o Sistema de Segurança, eu cumprimento a todos os Senhores no plenário. O Dr. Maia acrescentou fatos novos, importantes, que não sabíamos. E o Senhor não escutou quase nada; ainda não ouviu os Deputados.

Eu sou Major da PM e ingressei na corporação aos 19 anos. Fui fazer o curso de Sargento em Salvador e regressei ao Acre após 11 meses de um intenso curso. E lá, já se combatia essa problemática da pedofilia, embora com algumas deficiências. Em 1979, já existia o Conselho Tutelar da Infância e nós fizemos um estudo, naquela época, em Salvador, a respeito dessa questão. E lá, eu dizia: “E no Acre?” Eu tinha 19 anos e fui criado aqui na nossa capital e jamais havia ouvido falar que um pai poderia molestar a sua filha. Lá eu soube de vários casos e fiquei horrorizado. Eu pertencço a uma família muito religiosa e fiquei chocado com essas informações.

Passaram-se os anos, comecei a exercer a minha função e nos anos que passei em Tarauacá, 85 e 86, vi a situação se complicar e desse tempo para cá, a cada ano o problema só vem aumentando, sem que haja um combate eficaz a esse crime. Os gestores alegam que os recursos são escassos; que não dá para investir nisso, porque têm que investir em Saneamento Básico, Saúde e Educação. Mas como o Senhor falou, Dr. Maia, para esse problema ser combatido, demanda dinheiro. V. Ex^a. trabalha sem recursos suficientes, sem condições de trabalho e mesmo assim, o Conselho Tutelar dá conta do que está exposto, hoje, no nosso Estado, porque é a olho vivo.

Até 98 não existia prostituição nas ruas. V. Ex^a. é acriano e sabe que àquela época havia os prostíbulos: tinha o Porta Aberta, no bairro 6 de Agosto; o Estrela no bairro Sobral e o Taboquinha. Esses eram locais exclusivos para a prostituição.

Hoje não existe mais isso. Como diz a gíria: hoje está tudo dominado. É no meio da rua mesmo. E a Secretaria de Segurança não está fazendo como fazíamos naquela época do Dr. Gerardo, ele já determinava que podíamos pegar qualquer prostituta que estivesse pelas ruas e levá-la até sua casa ou notificá-la a comparecer em uma Delegacia, porque elas não podiam ficar em qualquer lugar.

Hoje, nossos filhos estão vendo coisas absurdas quando passamos de carro em alguns locais. Mas como o Conselho Tutelar poderia fiscalizar isso? Eu não sei nem se o órgão possui um carro. V. Ex^a. tem condições de ter auxiliares? Ou como o Senhor falou aqui, uma delegacia especializada nessa questão? Dá para coibir? O Senhor disse que já está trabalhando essa questão há seis anos, mas estou aqui há dez. E estou ouvindo do Governo atual, cujo partido governa o Estado pela terceira vez, a mesma história: vamos fazer, estamos fazendo devagar, estamos melhorando, etc. Se com toda essa verba que tem vindo para cá, esse Estado não melhorar, quando será?

Há 15 anos era muito diferente. O Estado do Acre era outro. Vinha menos dinheiro para cá; o Governo tinha menos poder. Os Deputados que estavam aqui, não tinham compromisso com essa causa que nos traz aqui hoje. Eu não estava aqui nessa época, nem no tempo do esquadão da morte. Eu acho que o Acre melhorou sim. Mas chega de tanto dizer isso na mídia.

Desde a viagem que fiz a Cruzeiro do Sul, eu comecei a olhar no fundo do coração do Presidente Lula. Não do PT, que é o Partido mais corrupto que já existiu no Brasil. O Presidente Lula veio ao Acre e disse diretamente para o Governador e para o ex-Governador que eles eram preguiçosos. Quando ele contou a história da perereca e pediu a São Pedro para parar de chover, o que ele estava querendo dizer? Que o Governo do Acre era preguiçoso. O Presidente disse: “Vamos acabar com as finlulas e vamos trabalhar”. Essa causa é nossa; são crianças que estão precisando. Então, vamos propiciar essas condições que V. Ex^a. está pedindo, que é o que estamos pedindo aqui há muitos anos.

Eu me lembro da Dr^a. Tapajós, que Deus a tenha num bom lugar; ela deixou uma boa semente aqui. E quantas e quantas vezes nós nos reunimos aqui e ela reclamava da falta de estrutura para trabalhar. Ela fazia o que podia. Era como V. Ex^a, Dr. Maia.

Esta Casa tem um papel importante nessa questão. Nós podemos dar a nossa contribuição, reivindicando e cobrando ações do Governo.

Seria muito simples acabar a prostituição no centro da cidade. Eu faria isso tranquilo, se comandasse a Secretaria de Segurança Pública. Bastava uma viatura para passar nos locais já identificados e tirar esse pessoal da rua. Não precisava prender ninguém.

Quando eu vou para a minha chácara, que é perto do bairro Taquari, vou com a minha filha de 17 anos, mas há dois anos, numa dessas idas quando eu parei naquele semáforo da entrada do Taquari, do lado do Posto de Saúde, passou um travesti simplesmente nu, com uma menina do lado e parou na frente do meu carro. Eu tive que dar marcha à ré e arranquei para não passar por cima deles. Aí ela disse: “O que foi pai?” Eu respondi: “Não foi nada não”. Graças a Deus que ela não viu.

A TV Gazeta publicou que muitas crianças estão se prostituindo. Será que o Conselho Tutelar teria condição de verificar isso e tirá-las de lá? São muitas mulheres que estão pelas ruas, usando seu corpo como prostitutas e muitas são menores, que estão, inclusive, a mando dos pais. Portanto, o poder público tem o dever de dar condições ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público de executarem seu trabalho.

Nós estamos à disposição desses órgãos para colaborar nessa ação efetiva, principalmente agora, com a criação da CPI. Vamos estar atentos. Eu não faço parte da CPI, mas estarei lá, incentivando, indicando pessoas para ouvirmos. Vamos apresentar requerimentos para ajudar. Podem ter certeza. Vamos apoiar a criação de uma delegacia especializada. Vamos pedir ao Governo do Estado que a implante o mais rápido possível.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra o Deputado José Luis.

Deputado JOSÉ LUIS (Líder do PMN) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhor Pedro Montenegro, Coordenador Nacional de Prevenção e Combate à Tortura da Secretaria Nacional de Direitos Humanos ligada à Presidência da República; nosso amigo Henrique Corinto, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos; Josenira Oliveira da Silva, Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes; Dr. Francisco Maia, Promotor de Justiça; Adécio Castro, do Conselho Tutelar; meu amigo Raimundo Dias, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Doutora Kátia Rejane, Promotora da Infância e Adolescência, amiga Estefânia Pontes, meus amigos da Imprensa e demais Senhoras e Senhores no Salão do Povo. Quebrearei o protocolo para lembrar aos flamenguistas que hoje o Beira Rio vai treinar.

Este Parlamento tem caminhado ao lado do cidadão acriano. Nos últimos anos, este plenário tem debatido o que é melhor para sociedade acriana. Há sessenta dias iniciei um trabalho para entender o porquê do esquecimento de tantos casos de violência sexual, geralmente um caso só é lembrado quando acontece um outro. Isso me fez pensar que os órgãos competentes não estavam fazendo o dever de casa. Com a profundidade dos estudos, observei que essa ação deveria partir tanto dos pais, como da sociedade civil organizada.

Esta Sessão é mais um degrau que a sociedade consegue subir, para combater a essa praga demoníaca que assola o nosso Estado. Nos últimos sessenta dias, tenho percebido uma grande preocupação com relação ao combate à pedofilia, ao ponto da própria sociedade ansiar por um desfecho favorável. Iremos contribuir bastante para investigar os casos que estão impunes e apresentar instrumentos pedagógicos, capaz de reduzir os danos e criar um sistema especializado eficiente, inclusive, com um serviço de inteligência policial, para combater continuamente os protagonistas desta ação.

Não seremos irresponsáveis e não daremos créditos ao denunciismo sem substância, teremos a agilidade, paciência, a astúcia de um leão e não a infantilidade e a rapidez de um lebre.

Portanto, cidadãos de bem do nosso Estado, vamos nos unir para combater este mal. Gostaria, já de antemão, de convidá-los para ser parceiros desta CPI, que é de grande importância para o bem-estar de nossas famílias. Muito obrigado

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra o Deputado Moisés Diniz.

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos do movimento e da sociedade civil e instituições que combatem o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, permitam-me fazer um cumprimento "in memoriam" à Juíza Maria Tapajós. Muitos falam bonito, mas não conseguirem ter a honradez e a coragem que ela tinha, por isso merece a nossa homenagem.

Não vou defender o Governo, porque fazemos isso todos os dias e nem entrar em debate sociológico, pois demandaria seminários. Todos os livros escritos e publicados sobre as causas da prostituição infantil e da pedofilia dariam para encher vários prédios. Não adianta surgirem que prendam as crianças que vendem o corpo, isso não resolverá o problema. Se conseguimos fazer um pacto, assumindo que todos nós temos culpa, cada um poderá fazer algo.

Quero agradecer ao meu amigo João Lima que nos presenteou com um livro "Crianças e adolescentes da Amazônia" e também a Dra. Marta que trouxe uma cartilha do gabinete da Deputada Perpétua, que trata da violência sexual contra meninos e meninas.

Aproveito a oportunidade para informar a todos, que está faltando apenas cinco assinaturas dos Deputados Estaduais, para darmos entrada no Requerimento que será encaminhado à Mesa Diretora sobre a criação da "Frente Parlamentar de Apoio à Criança e ao Adolescente".

O nosso Governo tem falhas, mas, pela primeira vez, em cem anos de criação do Estado do Acre, um Governo decidiu investir os recursos encaminhados pelo Governo Federal na inclusão social. Enquanto outros governantes aplicavam o dinheiro em construção de belas avenidas e obras vistosas, o Governador Binho Marques aplica em inclusão social, um pouco mais de trezentos milhões de reais.

Sinto-me extremamente incomodado em participar de uma Sessão como essa, podemos até solicitar que a polícia nos acompanhe para prender as meninas e meninos pobres que fazem ponto nas avenidas da capital, podemos até encontrar um jeito de prender as mais bonitas que não frequentam as esquinas, mas que chegam em determinados locais em carros de luxo. Elas

sobrevivem e pagam seus estudos com essa atividade. Talvez nós pudéssemos diminuir a prostituição nas ruas, mas as mansões continuariam sendo erguidas, os carrões trafegando normalmente e o resto da população na miséria.

Se fizéssemos tudo isso e tivéssemos uma sociedade igualitária, o que é uma utopia, não conseguiríamos resolver os casos de mais de 90% de abuso sexual nas famílias. Poderíamos contratar cem mil policiais, mandar alguns pedófilos para o Tribunal de Justiça e Ministério Público, criar mais trinta cargos de Conselheiros Tutelares e que cada carro da cidade fosse transformado em viatura policial, mesmo assim toda essa estrutura poderosa não conseguiria anarrancar a pedofilia da alma do homem e da mulher, porque isso está dentro do íntimo de cada um.

Nós temos que agir com investimento público. A Delegacia da Criança e do Adolescente é uma necessidade. Temos que fazer esse debate franco e aberto. É necessário fiscalização e Educação para caçar os pedófilos assim como cachorros. Depois, se conseguimos pegá-los, é que podemos fazer alguma coisa.

Vou ler algo que talvez não seja importante, mas surpreende a todos como me surpreendeu. Eu cheguei em casa, há dois meses, e minha filha de sete anos chegou e me disse: Pai, eu estou escrevendo um livro. Como estava com metade dos problemas do mundo nas costas, não dei confiança. Ela repetiu: Pai, eu estou escrevendo um livro. Aí a ficha caiu. Eu disse: Escrevendo um livro? É, vem aqui no computador. Sentei com ela que me mostrou um texto pequeno, então perguntei, como é o nome do livro? Ela respondeu: "Quando Deus era criança". Aí a partir daquele dia, resolvi que toda semana criaria um capítulozinho para ela. O segundo capítulo foi: como Deus nasceu; o terceiro, os amigos de Deus; o quarto, as coisas que Deus não gosta. Durante a semana ela vai escrevendo, sem nenhuma formatação, com os erros de português que comete criança de sete anos.

Então em homenagem aos milhões de crianças brasileiras pobres, aliciadas dentro e fora de casa, àquelas que não tem nenhuma proteção, que lhes falta alimento, escola e tudo que uma criança precisa, Deputado Donald Fernandes, o Senhor que é um humanista, sabe bem o que estou dizendo, vou ler o primeiro capítulo do livro da minha filha:

"Quando Deus Era Criança".

Deus, quando era criança, foi ele quem governou o céu, porque ele era uma criança boa, comia e bebia coisas saudáveis, fazia esporte, dormia e acordava cedo. Ele fazia sempre a tarefa de casa e dava comida para as pessoas pobres. Ele sempre respeitava a mãe e o pai, ele nunca mentia, sempre confiava nos pais. Tinha uma mulher que trabalhava na casa dele, ele não falava assim com ela: "faz o meu prato!" Ele buscava o seu próprio prato, era muito simpático, legal, gentil, alegre e um menino bom, nunca chorava por besteira e quando ele ficou adulto, depois velho, ele morreu e virou Deus. Ele cuidou de meninos e meninas bons e maus, ele não gostava de meninos ou meninas más, mas ele cuidava de maus e bons. Jesus, seu filho, era adulto. Os homens maus pegaram uma cruz gigante e amarraram Jesus lá e colocaram uma madeira em cima da mão dele e martelaram o prego na mão de Jesus.

Deus, seu pai, deu força para ele não chorar porque Jesus era forte e morreu e a santinha Maria, sua mãe, morreu de velhice, como seu marido. Deus e os meninos e meninas boas morreram de tão boas que elas são e foi assim que aconteceu. Nunca se esqueça de fazer uma oração da noite, de manhã e na hora que você for comer. Tudo bem, para ser uma criança, adulto, velhinhos, jovens ou adolescentes, felizes na vida toda e sempre se abençoe, em nome do Pai, do Filho, do Espírito Santo, amém. Obrigada, Deus, por tudo aquilo que tu fez pela gente, nunca se esqueça, Deus, de cuidar de mim e de todo mundo dessa terra linda e maravilhosa.

Acredito que se mudamos o nosso coração e protegemos as nossas crianças, teremos uma humanidade melhor.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra o Dr. Luis Camolez.

Dr. LUIS CAMOLEZ (Juiz da Vara Única de Órfãos e Sucessões) – Excelentíssimo Senhor Presidente, componentes da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, querida Maura, é muito bom tê-la em Rio Branco, desta feita de forma diferente porque a Senhora vem trazer os louros da sua vinda, mas em razão desse atropelo da agenda eu não poderia perder a oportunidade de convidá-la a ir à Vara da Infância e da Juventude, para que lá pudesse conversar e expor sua trajetória de vida às adolescentes internas que hoje são 21. Eu não tenho dúvida da lição de vida que deixou, talvez nem tanto às adolescentes, mas a esse Magistrado e a todos os funcionários que ali estão. Elas puderam entender como é importante uma pessoa ter condições de mudar a sua trajetória.

As palavras proferidas pela Maura calam fundo a alma de qualquer ser humano e eu, como juiz que sou, também não fujo a regra.

É muito importante saber ouvir. Eu fiz isso e aprendi muito com que a Maura pode colocar. Não como pessoa importante que atingiu determinado degrau hoje, mas como lição de vida.

As adolescentes que ali estavam, vindas dos seringais, de lares desfeitos e com diversos problemas, tenho certeza, que nenhuma delas passou pelos problemas que a Maura enfrentou. E ela conseguiu mudar essa história. Quem trabalha com adolescente sabe quando ele corresponde à instituição. E eu senti isso. Dispensa-se comentário sobre a dedicação que ela tem na formação de pessoas, mas toda observação que for feita vai ficar aquém da personalidade dela, porque a mesma pode fazer isso com maestria. E cada um dos Senhores e das Senhoras vão poder entender isso que eu estou falando.

O que nós estamos vivendo ultimamente, no País todo, infelizmente, não víamos há muito tempo. A sociedade, politicamente

organizada, resolveu cobrar uma ação do Estado e deveria ser assim já há muito tempo.

O Acre enquanto Estado e o Poder Judiciário realizaram grandes coisas, mas falamos pouco do que nós realizamos, como Projeto Cidadão, Justiça Volante e tantos outros. Os demais Estados copiaram do Acre esses exemplos.

Nós vimos os japoneses elogiarem o trabalho feito no Amapá, que inclusive foi copiado do Acre, mas nós não falamos nada. Então, eu fico contente porque chegou a hora do Acre falar através dessa CPI. E quando se monta uma CPI, qual a finalidade dela? Eu tenho que ter um objetivo e entendo que o mesmo deve indicar ao administrador como ele deve agir, em que ele pode melhorar. Isso sem dúvida nenhuma vai ser um dos resultados proveitosos dessa CPI.

Tem um feito que me preocupa: enquanto o Tribunal vem se mobilizando para extrair o depoimento sem dano, preocupa-me a questão da CPI. Os Deputados vão tentar inquirir as vítimas desses delitos, não que não sejam homens preparados e mulheres preparadas para isso, mas há um processo de revitimação. Eu vou tentar elencar aqui: A criança quando é vítima desse tipo de violência tem a primeira dificuldade que é contar para a mãe, a pessoa de quem ela espera apoio. A segunda dificuldade, essa mãe encaminha a criança para a delegacia, então ela conta para o investigador de polícia. É a segunda oportunidade que ela revive o ocorrido. A terceira é quando ela é encaminhada ao médico e tem conta tudo novamente. A quarta é quando ela é encaminhada ao Ministério Público e tem que repetir o ocorrido. A quinta é quando ela é encaminhada ao Juiz e tem que recontar o que se passou com ela. Pois bem, o Juiz acaba efetuando a prisão desse agressor. Aí vem a culpa que é debitada a essa criança. Qual seja a família começa a passar fome, porque invariavelmente o agressor é o pai, o padrasto, o irmão, o tio, o primo, o sobrinho e às vezes um vizinho. Aqui no Estado a maioria da geração de renda é formada pela classe masculina, é o pai quem sustenta a casa. Então, o pai é preso, a família começa a passar fome, altera-se a questão em relação à criança. A criança passa a ser entendida e tida como responsável pela prisão do pai, consequentemente pela inércia ou ausência dos bens materiais na sua casa. E a criança passa a entender que ela foi à culpada por tudo que a família está passando. Essa é a minha grande preocupação como pessoa.

E eu tenho receio de que, da forma como vai ser ouvida essa criança, aumente mais um degrau nessa revitimação.

O que é depoimento sem dano? No depoimento sem dano essa criança é ouvida uma única vez com a presença de uma psicóloga ou de uma assistente social em uma sala especialmente preparada. O Tribunal já tem essa sala, está instalada no Fórum Criminal. Felizmente ainda não foi utilizada porque ninguém tinha conhecimento dessa prática e se fossemos utilizá-la o desastre seria maior. Eu, o Dr. Maia e os funcionários lá da Vara da Infância e da Juventude passamos três dias em treinamento com duas psicólogas e um Juiz que veio do Rio Grande do Sul, onde essa prática já funciona. Então a criança será ouvida uma única vez e não se falará mais desse assunto. O que nós devemos fazer é colocá-la na rede de proteção, a fim de seja assistida e consiga apagar de sua memória esse fato tão grotesco.

E nós também devemos ter outra visão no sentido de manter a família assistida com todos os recursos, principalmente material. Esse é um ato muito nefasto. Eu não posso transferir para uma criança toda essa responsabilidade. Então eu diria como Juiz, faço até um pedido, que os membros que vão compor essa Comissão tenham muito tato em lidar com essa questão, porque senão, nós não vamos conseguir recuperar essa criança. E eu não sei se o Estado tem esse aparato para acompanhar a criança durante todo esse tempo.

Infelizmente nem todas as crianças reagem como reagiu a Maura e a Dejaina. Inclusive, ela vai comentar isso aqui com vocês. Quando eu dei parabéns a Dejaina por ela ter escrito uma poesia, ela disse que havia escrito 60 poesias. Poucas pessoas são determinadas como elas. E as que não têm determinação? Então eu deixo esse apelo que também é importante. Se for de valia, essa Comissão poderá solicitar a minha presença, do Promotor Maia e demais técnicos, no sentido de auxiliar o trabalho da mesma. Eu agradeço a atenção e seria de bom alvitre que o tempo concedido para a Maura fosse em dobro. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra A Dra. Maura de Oliveira.

Senhora MAURA OLIVEIRA (Escritora, Fundadora e Presidente da ONG Life) – Boa tarde, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todos presentes, essa é a minha ex-Casa, pois eu trabalhei aqui, como redatora, a minha salinha era ali em cima. Eu trouxe até a minha carteira de trabalho para mostrar. Eu estou feliz por retornar a esta Casa.

Ontem, no lançamento do livro, eu tive a sensação de que eu falava com toda a família que me resgatou. E eu quero dizer que sinto um prazer imenso por estar aqui com todos os Senhores e também quero agradecer as belíssimas palavras do Dr. Carolez, o qual acabei de conhecer. Eu gostaria que existissem muitos Juízes como o Senhor nos Estados onde eu tenho andado, tamanho o seu sentimento, a sua humanidade em retratar a difícil situação de uma criança vítima que é colocada, muitas vezes, como a culpada da situação. Digo isso, porque ocupo em algumas CPIs, que a vítima passa a ser a culpada. Infelizmente nós caminhamos em algumas vertentes erradas. Eu fui vítima por dez anos de dois pedófilos. Um pedófilo que tinha sessenta anos e eu seis anos de idade, e o outro tinha trinta anos e eu dez anos de idade, isso até os dezesseis anos. Portanto, o Senhor tem razão, quando fala de sua preocupação quanto ao interrogatório de uma criança que passa por uma situação dessa.

Realmente, é muito difícil para a vítima falar sobre o que aconteceu. Falar uma vez sobre o fato já é difícil quanto mais falar duas, três,

quatro ou cinco vezes, porque cada vez que se fala, revive-se a cena com muita dor. A criança que passa por isso sofre muito. E eu estou falando o que eu estou sentindo, porque eu estou revivendo, neste momento, o que eu estou dizendo a vocês. A criança revive a dor, a criança consegue ver o agressor a sua frente, naquele momento em que ela está falando. E não digo aos Senhores que hoje eu não vejo mais, porque eu vou continuar vendo todos os dias, quando eu abrir os meus olhos. É impossível esquecer. Eu demorei muito para conseguir dormir. Dormir era algo muito difícil. Tenho hoje quarenta anos e não tem nem dez anos que eu aprendi a dormir à noite. As minhas noites eram muito temerosas, como se a qualquer momento, eu pudesse ser invadida novamente por aqueles homens que cometeram horrores comigo. Então, todas as crianças que passaram por uma situação dessa ficam traumatizadas.

Quanto a mim, hoje, eu conseguir criar em minha vida outras perspectivas. Consegui olhar para frente e decidir que na minha vida manda Deus e eu. E assim eu consegui superar os traumas de uma vida indigna, porque, Senhores, eu não tive mãe e não tive teto; até os seis anos de idade, eu morei embaixo de uma ponte, no subúrbio do Rio de Janeiro, e não tinha cobertor e nem alimento. Eu fui privada das condições básicas que qualquer ser humano precisa ter para sobreviver. Vários cachorrinhos e gatinhos têm melhores condições de sobrevivência do que eu tive como ser humano.

Quando eu ia para as casas, digo as casas, porque até os seis anos de idade, eu fui levada para a casa de várias pessoas. Alguém me perguntava: “Você quer vir? Vem comigo”. Então, eu ficava igual aquele cachorrinho, querendo adular alguém, para que me levasse e ao menor convite, eu já estava indo; mas era com uma latinha de cera na mão e uma vassoura que eu era recebida na casa. Por ser pequena, eu era chamada de pigmeu. Então, eu não servia para as atividades domésticas e tossia muito à noite; mas eu só descobri que sou alérgica, porque os meus filhos são muito alérgicos. Então, eu fiz os exames e descobri que tenho as mesmas alergias que meus filhos. Devido eu dormir ao relento e ter alergia, eu tossia muito e incomodava. E como estava doente, eu não servia para trabalhar e ainda estava doente. Então diziam: “joga essa porcaria na rua” Portanto, criar uma auto-estima ali, era impossível, mas eu consegui.

Aos oito anos, eu descobri que a maldade existe e que os sonhos seriam tolhidos para mim. Eu teria que lutar muito mais. Aos oito anos, eu escrevi para a dona da casa, a qual me agredia muito, esfregava meu rosto no móvel, quando ela passava o dedo e encontrava ali poeira, uma carta no Dia das Mães, pedindo-lhe que fosse minha mãe, que me aceitasse como filha e que me deixasse chamá-la de mãe. E na carta, eu disse que eu seria uma grande mulher e que ainda lhe daria muito orgulho. Eu fiquei no meu cantinho, dormindo num colchãozinho bem fininho no chão gelado.

Eu criei expectativas lindas para aquele momento. Eu achei que ela ia chegar me abraçando e dizendo “Oh, minha filha”. E ao contrário disso o que eu ouvi foram gritos: “Tá vendo essa porcaria, fui botar na escola”. Sim, eu estava na escola, mas não por bondade ou por responsabilidade desta família. Mas pelo medo da opinião alheia, porque havia nesta casa uma assistente social. Eles eram de nível cultural e econômico satisfatório. Então, a sociedade iria cobrar. Como é que se tem uma criança em casa sem estudar, sendo a dona da casa funcionaria de uma escola pública? Então eu fui parar nessa escola pública. E ali, naquele momento, ela disse: “foram colocar essa porcaria na escola, agora deu para escrever bobagens. Escuta aqui garota, se você andar dizendo por aí que eu sou sua mãe, eu te jogo de novo na rua, e tu vai ser uma piranha, porque tu és uma piranha assim como tua mãe foi. Então tu não terá jeito. A minha filha é formada, eu não tenho filha piranha e vagabunda de rua. Você foi jogada na rua, menina. Uma mãe que joga a filha na rua é porque a sua filha não presta. Olha bem, você vai comer isso aqui, para nunca mais escrever uma bobagem dessas. Ai de você falar por aí que eu sou tua mãe!” E eu tive que engolir todas as minhas palavras.

Agora, eu vou apresentar para os Senhores a Maurinha que já está famosa e que faz um trabalho pedagógico com as crianças vitimizadas. No Rio de Janeiro, nós temos uma sala cor de rosa com uma mesa, uma cama de estética que faz massagem, pois eu fiz curso de reflexologia, de cromoterapia e todos os “pias” que tem por aí, mas eu não uso técnica nenhuma, porque em uma ou duas horas, jamais seria possível aplicar e ter resultados dessas técnicas; mas é possível pegar a criança num ambiente gostoso, num ambiente bonito, um ambiente diferente, daquele que ela está acostumada e trabalhar essa criança com massagens em seu corpo, em seus pés, porque quando você toca uma criança que está traumatizada, quando você dá carinho para ela, o resultado é melhor do que se a interrogasse. Eu digo aqui que esse trabalho está dando resultados. E eu trato as crianças como eu gostaria de ter sido tratada.

Eu digo aos meus filhos graças a Deus, eu pude retornar a este Estado. Eu trabalhei na Redação, cuja salinha era ali. Quando os Senhores falavam aqui, eu estava ali formulando os textos para o Diário Oficial. E eu tinha dezesseis, dezessete anos. Toda essa experiência profissional, eu posso comprovar através de duas carteiras de trabalho. Neste mesmo período, eu prestei um concurso para a Secretaria de Estado do Acre de Educação e fui lotada no Colégio Acreano. Também trabalhei na Escola Primeiro Passo e no Instituto São José. Isso me deu dignidade.

Ontem, durante o lançamento do livro, eu disse que nunca poderia esquecer este Estado, pois aqui eu chorei e sentei naquele banquinho da praça. Então, eu disse ao meu marido: “quero ver se o banquinho ainda está lá”. Com a mochila nas costas eu não tinha onde dormir e dormia dois dias na casa de uma amiga, três dias na casa de outra. Portanto, eu já estava incomodando na casa das pessoas. E nem sempre havia um quartinho, para que eu pudesse alugar. E muitas vezes, eu não tinha o que comer, porque ou eu pagava o quatinho ou comia. As drogas e a prostituição estiveram muito próximas de mim. Imaginem que hoje eu estou com quarenta anos, mas quando eu estava com dezesseis, dezessete anos, eu era uma jovem aqui, no Estado sem referências e muitos abelhudos queriam tirar a sua casquinha. Então, eu estudei

e consegui ultrapassar tudo isso. Estive aqui na UFAC fazendo Curso de História. Toda essa experiência devo ao Estado do Acre.

Eu juntei um saco de dinheiro dos 13 aos 16 anos, fazendo doces, bolos e vendendo no Instituto de Educação, onde eu fazia Magistério. Então, eu subomei, olhem que palavra feia, mas subomei o motorista da Kombi do Exército que me levava para a escola, pois eu não podia falar com ninguém, não tinha acesso a ninguém. Então, eu pedi a ele: "Hoje, você não vai me levar para lá, tenho um dinheirinho e você me leva ao Fórum". Eu já havia lido os livros de Serviço Social da pessoa que me violentava. Então, eu sabia que eu tinha que esperar até os dezesseis anos, mas também poderiam pensar: "será que ela estava gostando da pedofilia? Por que uma mulher com dezesseis anos não poderia fugir disso?" Querer, eu queria desde sempre, mas não podia, eu perderia a escola. Quem ia me matricular, se eu era menor? Disso eu sabia.

Cheguei no Fórum e pedi uma reunião com o Presidente da OAB, pois eu sabia que ele era a autoridade máxima dentro do Direito. Fui recebida então pelo Dr. Aderbal e ele me disse: "O que você quer comigo, menina? Uma reunião? Mas o que você quer comigo? E eu respondi-lhe: preciso de uma reunião, pois eu quero contratar o Senhor, e eu tenho dinheiro para pagar-lhe. A Dr.^a Ília Castelo, que é um grande patrimônio do Estado do Acre, lembra muito bem de toda essa história. E eu contei a ele. Veja bem, Senhor Carmo, eu não contei a parte da pedofilia; eu falei da violência doméstica, das dores, de toda aquela violência física e psicológica que eu sofria além, da física. Eu não falei de pedofilia, porque a criança não quer falar. A criança se sente culpada. Ela não sente que o agressor é o culpado. Ela tem vergonha e dói falar que um homem a manipulou.

Quando entrei na adolescência, eu comecei a desenvolver o meu corpo e eu li num determinado romance, que a jovem amarrava os seios, para que eles não crescessem. E assim eu fiz com os meus; também amarrava as minhas pernas com sacos plásticos e corria ao lado de um lago no Círculo Militar, eu não sei se ainda existe esse lago, mas era ali que eu corria às 4horas da manhã, sem que a família soubesse. Eu queria emagrecer e fazia dieta, cada vez que as minhas pernas estavam criando formas de mulher, pois eu imaginava o que seria de mim, visto que eu não tinha nada e aquele monstro já me queria. Foi tudo muito horrível. Os Senhores terão oportunidade de rever no site o que eu vivi aqui em 85.

E o ECA foi criado vários anos depois. Com certeza foi atribuído ao Estado do Acre. E naquele momento em que eu fui ouvida, eu era menor, eu era uma criança sem forças. O que eu era diante do Exército? Eu acredito que há 24 anos, o Exército tinha uma força bem maior do que hoje, e por isso manipulava muito as ações da sociedade. E quem iria brigar com o Exército? O pedófilo era um grande militar de patente, era um oficial. E a dona da casa era uma diretora de Finanças, na época.

Então, nós podemos dizer às crianças, hoje através da CPI, que graças a Deus começa-se a tirar a sujeira que está escondida embaixo do tapete, porque a maioria dos pedófilos está dentro de casa. Então, prefere-se esconder esse pedófilo ao acabar com os almoços da família aos domingos e com o Natal em família, pois o pedófilo é o primo, é o cunhado ou é o padrasto e isso pode detonar a família. Portanto, prefere-se manter as aparências; mas a Justiça acreana defendeu a minha causa, ouviu-me com dignidade e luto, para que eu pudesse ter aquilo que havia sido tirado de mim.

Senhoras e Senhores, eu só tenho a agradecer. Eu falo muito, viu Senhor Carmo, mas quero aqui, dizer que minhas palavras são cercadas de muita emoção. Foi a palestra mais diferente, mais difícil da minha vida e mais emocionante que eu já dei, porque ali, estavam as pessoas testemunhas dos fatos. Ontem, eu cheguei a comentar que em qualquer Estado que eu ande, eu posso contar qualquer história, pois ninguém me conhece e não sabe de onde eu vim e não sabe se essa história é verdadeira ou não; porém eu não poderia trazer o meu livro para o Estado do Acre com mentiras. Ontem, a minha amiga Francisca das Chagas estava lá, e ela foi coadjuvante nessa história, pois era a única pessoa que sabia de tudo. Também estavam lá, a Doutora Ely e tantas outras pessoas que me conheceram naquela época. Essa é a minha verdade e o motivo de estar aqui hoje.

Sempre perguntam-me assim: E os pedófilos? Cadê eles? Você quis se vingar? Fazem sempre esses questionamentos em todos os lugares que eu falo sobre isso. E eu digo esse é um trabalho para a CPI da Pedofilia. Por isso peço com todo carinho que os Senhores não desistam mesmo diante de todas as barreiras que os Senhores possam encontrar, façam isso valer, para reparar a dignidade perdida e fazer com que as crianças vitimizadas por esse horror possam um dia estar de cabeça erguida como eu estou agora, aos 40 anos, pois o pedófilo e essa moça que me violentaram estão hoje andando de cabeça baixa como um tamanduá, com a cara enfiada em algum lugar. Isso é consequência do que eles fizeram; enquanto eu posso estar aqui falando ao meu marido Robson sobre o meu passado, pois não tenho nada a esconder, porque eu fui a vítima, mas tive forças para lutar, porque acreditei em Deus e em mim.

Então a CPI da Pedofilia tem que fazer com que as vítimas acreditem que é possível reverter isso e criar cidadãos fortes, com dignidade para andarem de nariz erguido sem ter vergonha de terem sido molestadas e de ser a vítima. Acreditamos que só através da ação da sociedade e das autoridades é que vamos poder modificar esse quadro. Sejam fortes, porque os Senhores vão encontrar muitas vezes pessoas que não querem assinar por ser um pedófilo. Nós não sabemos quem é pedófilo no nosso meio.

Vários Deputados desta Casa estavam presentes ontem, e eu disse-lhes: eu estou com os Senhores nessa luta, com imenso prazer. E podem acreditar que para mim está aqui hoje, é histórico. Fizeram fotos? Eu quero levar para meus filhos. É isso que eu passo aos meus filhos: Meus filhos, eu estou retornando ao meu local de origem. Eu nasci aqui, sequer sei onde nasci de verdade, pois andei pelo Rio Grande do Sul, mas o que eu lembro é do Rio de Janeiro; porém pelas investigações que fiz eu posso ser de qualquer lugar.

Então, já que eu posso ser de qualquer lugar, eu escolhi ser daqui. Agradeço muito.

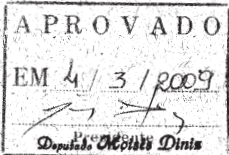
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Muito obrigado, Maura. Com a sua fala encerramos esta Sessão que também marca o início dos trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado pela presença de todos.

Declaramos encerrada a presente Sessão Solene e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

ERRATA : Nas Atas das Sessões Extraordinárias, da 1ª a 17ª onde estiver escrito Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura; leia-se Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS



PARECER N. 1 /2009

PROJETO DE LEI N. 1/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera dispositivos da Lei n. 1.312, de 29 de dezembro de 1999".

RELATOR: Deputado DELOGEM CAMPOS

I – RELATÓRIO

Encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre a Mensagem n.º 376, de 3 de março de 2009, acompanhada de Exposição de Motivos do Secretário de Estado de Habitação de Interesse Social, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o inciso III do art. 78 da Carta Magna Estadual. Autuada pela Subsecretaria de Atividades Legislativas da Assembleia, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise e parecer.

Em sua Exposição de Motivos, o senhor secretário de estado esclarece a necessidade de adequação à Lei Federal n.º 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e ainda, institui o Conselho Gestor do FNHIS, *in verbis*:

“É de relevância informar que o Conselho Estadual de Habitação – CEH encontra-se desatualizado em sua composição com os ditames da Lei Federal nº 11.124/2005, onde o legislador disciplinou através do art. 12, inciso II, que os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos estados, que deverão “constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares.”

Portanto, o Estado do Acre, precisa adequar sua legislação em relação à proporção das vagas mencionadas naquele dispositivo, uma vez que, a norma estadual utilizada hoje em dia, Lei n.º 1.312/1999, cita em seu art. 6º, inciso II, alínea “a”, apenas um representante de movimento por moradia popular.

A alteração pretendida, para quatro representantes, facilitará a captação, bem como assegurará o repasse e aplicação dos recursos destinados à execução da política estadual de habitação à população de baixa renda. Ademais, vale ressaltar a necessidade da alteração em comento também ganhou força com a adesão pelo Estado do Acre, no ano de 2007, ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, onde assumiu vários compromissos na área habitacional.

Dessa maneira, a presente proposição advém da necessidade de alterar a Lei Estadual n.º 1.312/1999, para adequar-se às exigências da Lei Federal n.º 11.124/2005, visando atualizar e consequentemente fortalecer as políticas públicas voltadas para a área habitacional.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A Lei 1.312, 29 de dezembro de 1999, não acompanhou a adequação à Legislação Federal n.º 11.124, de 16 de junho de 2005, desde a sua edição. Mantendo em seu bojo, desatualizada o Conselho de Habitação – CEH, quanto a sua composição.

É de se destacar que a matéria normativa em relevo vem consolidar as mudanças ocorridas na Lei Federal, aplicando de forma descentralizada a composição dos conselhos, contemplando a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantindo o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares.

Em face de todo o exposto, manifestamo-nos a favor, na forma do seguinte projeto de lei que tem como parâmetro principal da necessidade de adequar sua legislação em relação à proporção das vagas dos representantes de movimento por moradia popular, possibilitando a capacitação nos repasses e aplicações dos recursos destinados à execução da política estadual de habitação de baixa renda. Portanto, estando atendidas as normas jurídicas legais e constitucionais (art. 54, § 1º, III e VI c/c art. 78, III ambos da Carta Política Estadual), somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 01/09, respeitando, todavia os demais membros desta Comissão e do soberano Plenário deste Parlamento.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
4 de março de 2009

Deputado **DERLOGEM CAMPOS**
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado **LUIZ GONZAGA** (PSDB)

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (Sem Partido)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
DONALD FERNANDES (PSDB)
HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO
Em 4/3/2009
Deputado **Moisés Diniz**
Presidente

PARECER N. 2 /2009
PROJETO DE LEI N. 2/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a receber, através de doação, áreas de terra de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de regularização fundiária."

RELATOR: Deputado **NEY AMORIM**

RELATÓRIO

Chega a estas Comissões de Constituição, Justiça, Redação, para analisar, e ao final, exarar parecer técnico, o Projeto de Lei n. 2/2009, de autoria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

A proposição sob comento tem como ementa: "Autoriza o Poder Executivo a receber, através de doação, áreas de terra de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de regularização fundiária."

Ocorre que a norma de execução n. 33, de 14.07.2003, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a destinação de terras públicas da União e do INCRA, mais precisamente no Anexo I, item 4, subitem 4, exige, dentre os vários documentos para compor o processo administrativo, lei que autorize o recebimento de imóvel doado.

Nesse sentido vale salientar que, em Direito Administrativo Brasileiro o renomado mestre Helly Lopes Meirelles, dispõe:

"Alienação é toda transferência de propriedade remunerada, gratuita, sob a forma de venda, permuta, doação, dação em pagamento, investidura, legitimação de posse ou concessão de domínio.
"Qualquer dessas formas de alienação pode ser utilizada pela administração, desde que satisfaça as exigências administrativas para o contrato alienador e atenda aos requisitos do instituto específico"

Assim, o Direito Administrativo impõe as regras jurídicas de organização e funcionamento do complexo estatal e as técnicas de administração, além de indicar os instrumentos e as técnicas e a conduta mais adequada ao pleno desempenho das atribuições da Administração.

Por tratar-se de um bem público, têm que ser atendidas as exigências especiais impostas por normas superiores, pois tais bens são inalienáveis enquanto destinados ao uso comum do povo ou a fins administrativos especiais, conforme estabelecem os arts. 99, II e 101, ambos do Código Civil Brasileiro e § 1º do art. 9º da Constituição Estadual.

A administração, portanto, para doar bens públicos, depende, conforme vimos nos mandamentos, supramencionados, de autorização legislativa, vez que somente através de lei específica poderá o mesmo ser desafetado da destinação originária e passado para a categoria de bens dominicais, isto é, tal bem constará do patrimônio disponível da administração.

São estas, portanto, as razões pelas quais se justifica a presente proposta de lei:

II - PARECER

À luz do exposto, nada temos a objetar quanto à admissibilidade do projeto de lei n. 2/2009, que autoriza o Poder Executivo Estadual a receber, através de doação, áreas de terras de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de regularização fundiária, constantes do Anexo Único desta proposição.

Esta proposição advém da necessidade de regular o recebimento, pelo Estado do Acre, de quatro imóveis pertencentes ao INCRA, localizados nos Municípios de Porto Acre, Senador Guiomard e Plácido de Castro, devidamente acompanhado dos respectivos Memoriais Descritivos.

Um dos imóveis é destinado à construção de uma escola de ensino fundamental situada na Rua Ipê Amarelo, s/n, Vila, do INCRA, em Porto Acre. Já os outros três possuem edificações do Poder Público Estadual: a Escola Edmundo Pinto de Almeida Neto, também em Porto Acre, a Raimundo Hermínio de Melo II, em Senador Guiomard, e a Flávia Barros Pimentel, em Plácido de Castro.

O ato de recebimento pelo Estado do Acre de doação de imóveis feita pelo INCRA, para ser considerado válido, deve ser concretizado, mediante a existência de lei autorizativa, conforme determina a Norma de Execução do INCRA n. 33, de 14 de julho de 2003, em seu Anexo I, item 4, subitem 4.

Assim, observados os requisitos de conveniência e oportunidade, só nos resta opinar pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 2/2009, em face à sua legalidade e constitucionalidade, respeitando, todavia, a decisão dos demais membros destas comissões e do soberano Plenário desta Corte Legislativa.

É o Parecer
S.M.J.
Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
4 de março de 2009

Deputado **NEY AMORIM**
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado **LUIZ GONZAGA** (PSDB)

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (Sem Partido)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
DONALD FERNANDES (PSDB)
HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 4/3/2009
Deputado **Moisés Diniz**
Presidente

PROJETO DE LEI N. 1/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera dispositivo da Lei n. 1.312, de 29 de dezembro de 1999."

PARECER N. 3 /2009

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 1/2009, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivo da Lei n. 1.312, de 29 de dezembro de 1999."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

4 de março de 2009

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em 4 / 3 / 2009

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 1/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera dispositivo da Lei n. 1.312, de 29 de dezembro de 1999."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A alínea "c" do inciso III, do art. 6º da Lei n. 1.312, de 29 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º ...

...

III - ...

...

c) quatro representantes de movimentos por moradia popular." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
4 de março de 2009

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado LUIZ GONZAGA (PSDB)

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)

LUIZ CALIXTO (Sem Partido)

DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)

DONALD FERNANDES (PSDB)

HELDER PAIVA (BPR)

FRANCISCO VIGA (PT)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 4 / 3 / 2009

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 2/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo Estadual a receber, através de doação, áreas de terra de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de regularização fundiária."

PARECER N. 4 /2009

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final

ao Projeto de Lei n. 2/2009, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo Estadual a receber, através de doação, áreas de terra de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de regularização fundiária."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
4 de março de 2009

Deputado NEY AMORIM
Relator

APROVADO

Em 4 / 3 / 2009

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 2/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo Estadual a receber, através de doação, áreas de terra de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de regularização fundiária."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a receber, através de doação, áreas de terras de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de regularização fundiária, constantes do Anexo Único desta lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará todos os procedimentos necessários objetivando o cumprimento do estabelecido no caput deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
4 de março de 2009

Deputado NEY AMORIM
Relator

ANEXO ÚNICO

IMÓVEL - I			
MEMORIAL DESCRITIVO			
LOTE	Escola Estadual Edmundo Pinto de Almeida Neto	IMÓVEL	Urbano
PROPRIETÁRIO	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA		
ÁREA	7.566,63 m²	PERÍMETRO	378,80 m
MUNICÍPIO	Porto Acre	ESTADO	Acre
LOCALIZAÇÃO	Rua das Margaridas n. 260 – Vila do INCRA		
LIMITES E CONFRONTAÇÕES			
NORTE	Maria Gomes do Nascimento e Telma Maria S. S. Nascimento e Rua das Palmeiras		
LESTE	Maria Gomes do Nascimento e Telma Maria S. S. Nascimento e Rua das Margaridas		
SUL	Rua das Margaridas e Rua Ipê Branco		
OESTE	Rua Ipê Branco e Rua das Palmeiras		
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO			
Partindo do marco P-01, definido pela coordenada geográfica 9°43'42,92060" Sul e 67°42'00,21435" Oeste, Datum SAD-69 e pela coordenada plana UTM 8.924.318,32700 m Norte e 642.596,39900 m Leste, referida ao meridiano central 69° WGr, localizado ao norte do imóvel, deste, segue confrontando com Maria Gomes do Nascimento, com azimute plano de 126°20'44" e distância de 28,45 m até o marco P-02; deste, segue confrontando com Telma Maria S. S. Nascimento, com azimute plano de 126°20'44" e distância de 28,45 m até o marco P-03; deste, segue confrontando com Rua das Margaridas, com azimute plano de 215°29'56" e distância de 131,43 m até o marco P-04; deste, segue confrontando com Rua Ipê Branco, com azimute plano de 304°56'54" e distância de 57,64 m até o marco P-05; deste, segue confrontando com Rua das Palmeiras, com azimute plano de 35°49'17" e distância de 132,83 m até o marco P-01; ponto inicial da descrição deste perímetro.			

IMÓVEL - II

MEMORIAL DESCRITIVO			
LOTE	Área destinada à construção de Escola	IMÓVEL	Urbano
PROPRIETÁRIO	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		

ÁREA	21.183,36 m²	PERÍMETRO	583,05 m
MUNICÍPIO	Porto Acre	ESTADO	Acre
LOCALIZAÇÃO	Rua Ipê Amarelo – Vila do INCRA		

LIMITES E CONFRONTAÇÕES	
NORTE	Rua Ipê Amarelo e Rua das Hortênsias
LESTE	Rua Ipê Amarelo e Rua das Palmeiras
SUL	Rua das Palmeiras e Rua Ipê Branco
OESTE	Rua Ipê Branco e Rua das Hortênsias

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO	
Partindo do marco P-01, definido pela coordenada geográfica 9°43'39,63898" Sul e 67°42'04,09443" Oeste, Datum SAD-69 e pela coordenada plana UTM 8.924.419,58900 m Norte e 642.478,53700 m Leste, referida ao meridiano central 69° WGr; localizado ao norte do Imóvel, deste, segue confrontando com Rua Ipê Amarelo, com azimute plano de 124°14'33" e distância de 140,75 m até o marco P-02; deste, segue confrontando com Rua das Palmeiras, com azimute plano de 216°50'50" e distância de 153,58 m até o marco P-03; deste, segue confrontando com Rua Ipê Branco, com azimute plano de 304°38'28" e distância de 136,23 m até o marco P-04; deste, segue confrontando com Rua das Hortênsias, com azimute plano de 35°10'03" e distância de 152,49 m até o marco P-01; ponto inicial da descrição deste perímetro.	

IMÓVEL - III			
MEMORIAL DESCRITIVO			
LOTE	Escola Estadual Raimundo Hermínio de Melo II	IMÓVEL	Rural
PROPRIETÁRIO	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA		
ÁREA	3.682,90 m²	PERÍMETRO	243,39 m
MUNICÍPIO	Senador Guiomard	ESTADO	Acre
DEFINIÇÃO	Parte do lote 39, Gleba 04, PC – Pedro Peixoto		
LOCALIZAÇÃO	Ramal Boa União, Km 26, próximo do Ramal Nova Aldeia		
LIMITES E CONFRONTAÇÕES			
NORTE	Lote 39, Gleba 04, PC - Pedro Peixoto (Irineu Schöns)		
LESTE	Lote 39, Gleba 04, PC - Pedro Peixoto (Irineu Schöns) e Ramal Boa União		
SUL	Ramal Boa União e lote 39, Gleba 04, PC - Pedro Peixoto (Maria Edília / Maria Inês)		
OESTE	Lote 39 Gleba 04, PC - Pedro Peixoto (Irineu Schöns) e (Maria Edília / Maria Inês)		
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO			
Partindo do marco P-01, definido pela coordenada geográfica de Latitude 10°11'30,76791" Sul e Longitude 66°32'48,78332" Oeste, Datum SAD-69 e pela coordenada plana UTM 8.873.011,357 m Norte e 659.177,319 m Leste, referida ao meridiano central 69° WGr; localizado ao norte do Imóvel, deste, segue confrontando com o Lote 39, Gleba 04, PAD Peixoto (Irineu Schöns), com azimute plano de 166°18'42" e distância de 61,26 m até o marco P-02; deste, segue confrontando com o Ramal Boa União, com azimute plano de 260°22'30" e distância de 66,57 m até o marco P-03; deste, segue confrontando com o Lote 39, Gleba 04, PAD Peixoto (Maria Edília / Maria Inês), com azimute plano de 352°14'48" e distância de 54,78 m até o marco P-04; deste, segue confrontando com o Lote 39, Gleba 04, PAD Peixoto (Irineu Schöns), com azimute plano de 74°22'37" e distância de 60,77 m até o marco P-01; ponto inicial da descrição deste perímetro.			

IMÓVEL - IV			
MEMORIAL DESCRITIVO			
LOTE	Escola Estadual Flávia Barros Pimentel	IMÓVEL	Rural
PROPRIETÁRIO	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA		
ÁREA	4.233,26 m²	PERÍMETRO	269,56 m
MUNICÍPIO	Plácido de Castro	ESTADO	Acre
LOCALIZAÇÃO	Rodovia AC-40, PA Triunfo		
LIMITES E CONFRONTAÇÕES			
NORTE	Associação Esperança dos Produtores do PA Triunfo		
LESTE	Associação Esperança dos Produtores do PA Triunfo		
SUL	Associação Esperança dos Produtores do PA Triunfo		
OESTE	Associação Esperança dos Produtores do PA Triunfo		
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO			
Partindo do marco P-01, definido pela coordenada geográfica 10°19'04,38713" Sul e 67°21'55,81738" Oeste, Datum SAD-69 e pela coordenada plana UTM 8.858.979,378 m Norte e 678.980,002 m Leste, referida ao meridiano central 69° WGr; localizado ao norte do Imóvel, deste, segue confrontando com a Associação Esperança dos Produtores do PA Triunfo; com os seguintes azimutes e distâncias: com azimute plano de 158°16'32" e distância de 84,94 m até o marco P-02; de coordenada plana UTM 8.858.900,473 m Norte e 679.011,441 m Leste; com azimute plano de 247°46'58" e distância de 49,84 m até o marco P-03; de coordenada plana UTM 8.858.881,627 m Norte e 678.965,300 m Leste; com azimute plano de 338°16'32" e distância de 84,94 m até o marco P-04; de coordenada plana UTM 8.858.960,532 m Norte e 678.933,861 m Leste; com azimute plano de 67°46'58" e distância de 49,84 m até o marco P-01; ponto inicial da descrição deste perímetro.			

IMÓVEL - V			
MEMORIAL DESCRITIVO			
LOTE	Posto Fiscal Tucandeira	IMÓVEL	Rural
PROPRIETÁRIO	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA		
ÁREA	18.183,84 m²	PERÍMETRO	575,57 m
MUNICÍPIO	Acrelândia	ESTADO	Acre
LOCALIZAÇÃO	Rodovia BR-364 km 115		
LIMITES E CONFRONTAÇÕES			
NORTE	Lote 06 e 04 do PA São João do Balançoio		
LESTE	Lote 04 do PA São João do Balançoio e BR 364		
SUL	BR 364 e Lote 06 do PA São João do Balançoio		
OESTE	Lote 06 do PA São João do Balançoio		

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO
Partindo do marco M-60A, definido pela coordenada geográfica, de Latitude 9°49'17,35282" Sul e Longitude 66°52'34,99617" Oeste, e pela coordenada plana UTM 8.913.584,160 m Norte e 732.915,810 m Leste, localizado ao norte do Imóvel, deste, segue confrontando com o Lote 04 do PA São João do Balançoio, com azimute plano de 142°35'43" e distância de 152,96 m até o marco M-60; deste, segue confrontando com a BR 364, com azimute plano de 231°13'00" e distância de 144,24 m até o marco M-60E; deste, segue confrontando com o lote 06 do PA São João do Balançoio, com os seguintes azimutes e distâncias, com azimute plano de 332°05'56" e distância de 39,29,00 m até o marco M-60D; com azimute plano de 56°54'36" e distância de 17,93 m até o marco M-60C; com azimute plano de 330°03'48" e distância de 116,37 m até o marco M-60B; com azimute plano de 50°36'03" e distância de 104,77 m até o marco M-60A, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da Rede Geodésica do Estado do Acre Sat-91.267 de Senador Guiomard, de coordenadas E 733.008,5253 e N 8913460,6545, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central n. 69 WGr, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado **LUIZ GONZAGA** (PSDB)

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)

LUIZ CALIXTO (Sem Partido)

DELORGE M CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)

DONALD FERNANDES (PSDB)

HELDER PAIVA (BPR)

FRANCISCO VIGA (PT)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em

4 1 3 1209

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera a Lei Complementar n. 191, de 31 de dezembro de 2008."

PARECER N. 5 /2009

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei Complementar n. 1/2009, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivo da Lei n. 1.312, de 29 de dezembro de 1999."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
4 de março de 2009

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em

4 1 3 1209

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Altera a Lei Complementar n. 191, de 31 de dezembro de 2008."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 23 e 25 da Lei Complementar n. 191, de 31 de dezembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. ...

...

XI - quatro cargos de Diretor Executivo; e

XII - dois cargos de Assessor Especial de Planejamento.

...

§ 1º Os cargos de Secretário de Estado e de Secretário Extraordinário de Estado correspondem em nomenclatura às respectivas secretarias.

§ 2º Os cargos de que tratam os incisos XI e XII deste artigo destinam-se, preferencialmente, a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN.

Art. 25. ...

...

III - Diretor Executivo, equivalente a oitenta e cinco por cento da remuneração de Diretor prevista no inciso II deste artigo; e

IV - Assessor Especial de Planejamento, equivalente a oitenta por cento da remuneração de Diretor Executivo." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2009.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
4 de março de 2009

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado LUIZ GONZAGA (PSDB)

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (Sem Partido)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTEs:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
DONALD FERNANDES (PSDB)
HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

DIVERSOS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n. 380/2009

Dispensa n. 57/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratado: CORAMAZON - Assistência Técnica e Corretora de Seguros S/A

Objeto: Contratação de seguro total e assistência 24 horas para a frota de veículos novos deste Poder, consistente em 1(uma) caminhonete/aberta/diesel/MMC/L200 Triton 3.2 D, 1 (uma) caminhonete/aberta/VW/Saveiro 1.6 Titan e 1 (um) automóvel/VW Spacefox Sportline.

Valor Total: R\$: 6.968,96 (seis mil novecentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos)

Dotação Orçamentária: P. T. 10100101031200120050000
E.D. 33.90.39.00

Fundamentação Legal: Art. 24, II, da Lei n. 8.666, de 1993.

Autorização: Primeiro Secretário, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Res. n° 86/90.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE A LICITAÇÃO

Processo n° 419/2009

Inexigibilidade nº 021/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratada: TEKIOS ENGENHARIA LTDA - EPP

Objeto: Contratação de Empresa especializada em Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos de Refrigeração e Sistema Central.

Valor Mensal: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Fundamentação Legal: Art. 25, inc. III, da Lei n° 8.666, de 1993

Dotação Orçamentária: P.T. 10100101031200120050000
E. D. 33.90.39.00

Autorização: Mesa Diretora, nos termos do art. 14, inciso XII, da Res. n° 86/90.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n. 402/2009

Dispensa n. 041/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratada: S. N. C. DOS SANTOS

Objeto: Confeção de 45(quarenta e cinco) crachás personalizados

Valor Total: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais)

Dotação Orçamentária: P. T. - 10100101031200120050000
E. D. - 33.90.39.00

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666, de 1993

Autorização: Primeiro Secretário, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Res. n. 86/90.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n. 553/2009

Dispensa n. 059/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratada: L. M. C. DO NASCIMENTO

Objeto: Contratação de empresa especializada em aplicação de películas fumê em 03(três) veículos de propriedade deste Poder

Valor Total: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

Dotação Orçamentária: P. T. - 10100101031200120050000
E. D. - 33.90.39.00

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666, de 1993

Autorização: Primeiro Secretário, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Res. n. 86/90.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE
Editado pela:
Subsecretaria de Publicidade e
Comunicação Social
Diretor Responsável:
João Roberto Braña Bezerra
Inscrição 13198
Coordenadora de Redação e Revisão
de Atas:
Juscelina Barbosa Pinheiro
Apoio:
Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.